

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil (MPE)

Relatório 3, Volume II

Relatório Socioeconômico e Ambiental da
Mineração em Pequena Escala

ESTUDO DE CASO 2: VALE DO PEIXOTO (OURO)

São Paulo, junho de 2018

Marjo de Theije

Luiza Andrade

Armin Mathis

Alexandre Gibson

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	396
2. DESCRIÇÃO DO LOCAL.....	397
2.1 População no Vale do Peixoto	400
2.2 Desenvolvimento social no Vale do Peixoto.....	402
2.2.1 Moradia	405
2.2.2 Desigualdade	407
2.3 Recursos minerais no Vale do Peixoto.....	414
2.4 Mineração no Vale do Peixoto	414
3. METODOLOGIA DE PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS	417
3.1 Análise prévia de dados bibliográficos	417
3.2 Entrevistas semiestruturadas.....	417
3.3 Inserção no aplicativo	419
3.4 Inserção de dados em tabelas específicas por campo.....	422
3.5 Observações antropológicas.....	423
3.6 Facilitadores de acesso	423
3.7 Análise político-administrativa.....	424
4. ORGANIZAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICA.....	425
4.1 Espaços do garimpo de ouro	425
4.1.1 Baixão	425
4.1.2 Balsa	427
4.1.3 Filão	428
4.2 Espaços da cidade.....	429
4.2.1 Hotéis e pousadas.....	429
4.2.2 Estabelecimentos comerciais	430
4.2.3 Serviços formais e informais de entretenimento	430
4.2.4 Compras de ouro.....	430
4.2.5 Ruas e espaços públicos.....	430
4.2.6 Educação	431
4.2.7 Saúde.....	431
4.2.8 Religião	431
4.3 Atores sociais nos diferentes espaços.....	432
4.3.1 Na extração (no baixão, na balsa, no filão).....	433
4.3.2 Na cidade	434
5 ECONOMIA LOCAL GARIMPEIRA DO VALE DO PEIXOTO	436
5.1 Donos de terra.....	438

5.2 Donos de garimpo.....	438
5.3 Garimpeiro sócio-porcentista	440
5.4 Cozinheiras.....	442
5.5 Compras de ouro	442
5.6 Comercio local	443
5.7 Cooperativas.....	444
5.8 Arrecadação municipal.....	445
5.9 Mercado de trabalho na região	448
6. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO VALE DO PEIXOTO	453
6.1 Organização do trabalho no baixão	453
6.1.1 Operação.....	453
6.1.2 Distribuição de lucros	454
6.1.3 Regime de Trabalho	456
6.1.4 Infraestrutura	456
6.2 Organização do trabalho no rio.....	457
6.2.1 Operação.....	457
6.2.2 Distribuição de lucros	457
6.2.3 Regime de Trabalho	458
6.2.4 Infraestrutura	458
6.3 Organização do trabalho no filão	459
6.3.1 Operação.....	459
6.3.2 Distribuição de lucros	459
6.3.3 Regime de Trabalho	459
6.3.4 Infraestrutura	460
6.4 Lixiviação.....	460
6.5 Acesso ao ouro.....	461
7. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO NO VALE DO PEIXOTO	463
7.1 Saúde	463
7.2 Segurança na lavra.....	464
8. IMPACTOS AMBIENTAIS DA LAVRA NO VALE DO PEIXOTO	467
9. CONFLITOS NO USO DO TERRITÓRIO NO VALE DO PEIXOTO.....	468
10. ORGANIZAÇÕES DO SETOR NO VALE DO PEIXOTO.....	470
10.1 Cooperativas.....	470
10.2 Organizações da sociedade civil	473
11. POLITICAS PÚBLICAS PARA MPE NO VALE DO PEIXOTO	475
11.1 Políticas estaduais.....	475
11.2 Políticas locais.....	479

11.3 Licenciamento ambiental	480
11.4 Percepções dos garimpeiros em relação às políticas públicas	482
12. DESENVOLVIMENTO E DEMANDAS DO SETOR NO VALE DO PEIXOTO	484
12.1 Licenciamento	484
12.2 Investimentos tecnológicos.....	485
12.3 Fatores de infraestrutura	486
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	488
LISTA DE FIGURAS	489
LISTA DE TABELAS.....	490

1 INTRODUÇÃO

Este relatório socioeconômico refere-se a observações e dados coletados durante trabalho de campo da equipe de pesquisadores socioeconômicos do projeto MPE, realizado entre os dias 29 de outubro e 12 de novembro de 2016, na região do Vale do Peixoto, com foco no município Peixoto de Azevedo e municípios nos arredores que compõem a Reserva Garimpeira de Peixoto de Azevedo. São eles: Peixoto de Azevedo, Matupá, Novo Mundo, Garantã do Norte, Terra Nova do Norte, Marcelândia, Nova Santa Helena e Nova Guarita, todos no estado do Mato Grosso. O relatório servirá como parte fundamental do Produto 3, que reunirá dados dos cinco estudos de casos realizados pela equipe de pesquisa socioeconômica nas regiões selecionadas pelo Ministério de Minas e Energia, além de dados coletados pela equipe técnica.

A seguir, o leitor encontrará uma breve descrição da região do estudo de campo, seguido da metodologia de pesquisa e análise dos dados coletados. Na sequência, foi realizada a descrição da organização sociocultural, do trabalho e político-administrativa da região estudada. Após as descrições, são apresentadas a análise das relações entre os diversos atores sociais e instituições, potenciais de desenvolvimento e organização e principais demandas para fomento e financiamento na região.

2 DESCRIÇÃO DO LOCAL

A cidade de Peixoto de Azevedo teve início na década de 1970, a partir da construção da rodovia BR163, que liga cidades dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará. Em 1979, grandes quantias de ouro foram encontradas no subsolo da região, o que gerou um enorme fluxo de migrantes para iniciar trabalhos de garimpo no local. Segundo estimativas da prefeitura da cidade, a vila teve início com a aglomeração de pessoas em uma currutela onde hoje fica a Rua do Comércio, e chegou a ter cerca de 90.000 habitantes no final da década de 1980. Peixoto adquiriu status de distrito vinculado ao município de Colíder ainda em 1981, e de Município, com emancipação política e administrativa, já em 1986 (IBGE, 2016).

Devido à grande circulação de ouro e dinheiro em espécie na vila, durante a década de 1980 foram estabelecidos alguns órgãos e instituições locais como o banco Bradesco, utilizado pelos moradores locais para efetuar transferências de valores para suas famílias em outros estados, a Caixa Econômica Federal, responsável por grande parte da compra de ouro da região, e a Polícia Federal que, então, funcionava também como juizado de pequenas causas.

À época, o garimpo de ouro era feito de forma manual, utilizando-se ferramentas simples para fazer a separação e concentração do ouro, ainda sem aplicação de mercúrio. Aos poucos, o desenvolvimento tecnológico chegou ao garimpo, introduzindo, então, as primeiras dragas de sucção – de 3 polegadas – aos barrancos da região.

“Com uma caixinha pequena, trabalhavam 3 pessoas ali. Era no balde mesmo. Fazia um cocho, dois furos na cabeça dele, botava uns canos de bambu, pra sair a água com mais pressão. Ficávamos colocando água no coxo o dia todinho, e a água saía do outro lado, em cima de um ralo. Ficava um em cima do ralo, mexendo a terra e jogando as pedras fora. A caixa tinha sarrapilha e ela segurava o ouro. Na época, ainda não se usava mercúrio. Depois, lavávamos os panos e levava o conteúdo na bateia. Depois leva o conteúdo no fogo. Abanava com a mão. Naquele tempo, desperdiçávamos muito ouro, porque não tinha azougue” (P77).

Para os moradores de Peixoto e arredores, o início da década de 1990 representa um marco de mudanças tanto no cenário econômico nacional, bem como na sociedade local. A crise econômica durante o governo Collor, que efetuou o confisco

das poupanças em escala nacional, acabou gerando uma grave crise no comércio da região. A queda do preço do ouro também contribuiu para o desgaste econômico que levou a vila a diminuir seu número de habitantes de 90 mil para menos de 10 mil habitantes.

“O garimpo quase exauriu e tive que fechar o consultório privado e atender na rede pública porque não tinha gente com dinheiro para pagar. Naquela época o preço do ouro caiu 85%. O custo passou a ser maior que o lucro.” (P58).

“Todo mundo foi embora. Só ficou quem não conseguiu sair da cidade. Os supermercados foram saqueados. Teve muita morte por causa disso. Não havia circulação de papel moeda na cidade. Ninguém conseguia comprar nada porque não havia dinheiro” (P85)

Atualmente, Peixoto de Azevedo possui uma população de cerca de 33.000 habitantes, segundo estimativas do IBGE para 2016. O município é parte da Mesorregião do Norte Mato-Grossense e da Microrregião de Colíder e fica a 692 Km da capital do estado, Cuiabá. Apesar de sua significância no cenário da mineração em pequena escala, a área da cidade representa apenas 1,5939% do Estado, com 14.257,80 km².

Recentemente, vários fatores contribuíram para o reaquecimento da atividade garimpeira. A recuperação da economia Brasileira, que também afetou a região Mato-grossense e o aumento no valor do grama de ouro, a partir do ano 2006, são os mais importantes. A crise da madeira também foi mencionada pelos entrevistados como um fator que influenciou a chegada de novos migrantes para trabalhar nos garimpos locais.

Houve, porém, dois obstáculos inter-relacionados para o desenvolvimento. Em primeiro lugar, a indisponibilidade de terras para garimpar. Em segundo, a informalidade. Uma vez que a política do estado de Mato Grosso e da União centrava-se em atrair empresas de médio e grande porte para investir na mineração da região, a grande maioria das terras com ouro já haviam sido concedidas a grandes empresas. As empresas, por sua vez, não estavam em processo de desenvolvimento de mineração em suas concessões, ou sequer em processo de pesquisa. Já a informalidade, já mencionada como o segundo problema, foi, em parte, resultado do primeiro. Em outra parte, foi resultado da cultura garimpeira e desinformação em

relação ao processo de licenciamento da atividade garimpeira em geral. Os garimpeiros trabalhavam nas terras de ouro sem licenças e, muitas vezes, sem sequer permissão (por parte dos donos de terra) para usar o subsolo. O aumento da circulação de moeda e as atividades informais no setor tornaram-se foco das autoridades. Dezenas de garimpeiros foram presos e garimpos desativados devido ao caráter ilegal das operações.

Temerosos das consequências da informalidade, um grupo de garimpeiros e empresários da região de Peixoto se organizou em uma cooperativa. A medida buscava maneiras de obter acesso legal às terras previamente concedidas às grandes empresas e melhor gerenciar a atividade de mineração em pequena escala na região dentro dos conformes da lei. Com a criação da Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto (COOGAVEPE) e o apoio da prefeitura municipal, uma grande quantidade de áreas foi legalizada para dar início aos trabalhos de mineração em pequena escala formalizada no Vale do Peixoto. A formalização permitiu o crescimento da economia local e da geração de empregos, bem como o aumento da contribuição de IOF Ouro para o município.

Instituições locais como a Prefeitura Municipal e a COOGAVEPE estimam que o extrativismo mineral seja responsável por cerca de 80% dos empregos diretos e indiretos no mercado de trabalho Peixotense. Diferentemente do cenário existente na década de 1980, quando houve a grande corrida do ouro, a população dos municípios que compõem o Vale do Peixoto já se apresenta de forma mais perene.

Há um grande número de jovens nascidos nas cidades, em contraste com os anos 80, quando quase 100% da população local era advinda de outros estados – principalmente Maranhão e Paraná. A amostragem atual de entrevistados durante o campo indica que 24% da população local com quem a equipe de pesquisadores socioeconômicos lidou é jovem (entre 20 e 35 anos) e, destes, só pouco menos que a metade não eram nascidos no Mato Grosso. Já das pessoas acima de 35 anos, quase 70% do nosso universo, 4 em cada 5 indivíduos, nasceu em outro estado. Há migrantes de Tocantins (5), São Paulo (5), Minas Gerais (3), Goiás (3), Bahia (2), Rio Grande do Sul (2), Pernambuco (2), Mato Grosso do Sul (2), Piauí (1), e Ceará (1). Os três estados mais representados entre os migrantes na Vale do Rio Peixoto são Pará (12), Paraná (11) e Maranhão (18).

Dos maranhenses, a grande maioria encaixa-se no perfil de operário garimpeiro. Algumas exceções podem ser identificadas, como no caso de operários garimpeiros que investiram na compra de máquinas e, mais tarde, na gestão de área de garimpo, passando, então, para a categoria “dono de máquina”, ou “dono de terra”. De uma maneira geral, os donos de terra ou de máquina são de origem Paranaense (14% de todos os entrevistados). Invariavelmente, os migrantes que se direcionaram à região de Peixoto de Azevedo o fizeram em busca de oportunidades de trabalho – seja formal ou informal – e prosperidade nas condições de vida.

2.1 População no Vale do Peixoto

A região ocupa cerca de 5% do território do estado de Mato Grosso e sua população, em 2016, foi estimada em 150.000 pessoas. Cerca de um terço da população vive na área rural (2010), valor superior à média estadual (18%). Os três municípios menores em termo de população (Nova Guarita, Novo Mundo e Terra Nova do Norte) são todos caracterizados por uma prevalência da população rural. A densidade populacional está no nível dos valores estaduais (3,66 hab./km²), com exceção dos municípios de Colíder e Guarantã do Norte que têm valores mais altos.

Tabela 1 – Densidade populacional

	População					
	Área (km)	Total	2010		2016	Densidade 2016 (hab./km ²)
			Rural	Urbana	Total	
Colíder	3.093,60	30.766	5.752	25.014	32.120	10,38
Guarantã do Norte	4.735,30	32.216	8.276	23.940	34.218	7,23
Matupá	5.238,80	14.174	3.247	10.927	15.654	2,99
Nova Canaã do Norte	5.966,20	12.127	5.311	6.816	12.355	2,07
Nova Guarita	1.114,10	4.932	2.992	1.940	4.523	4,06
Novo Mundo	5.790,30	7.332	4.449	2.883	8.549	1,48
Peixoto de Azevedo	14.257,30	30.812	11.008	19.804	33.296	2,34
Terra Nova do Norte	2.717,00	11.291	6.212	5.079	9.816	3,61

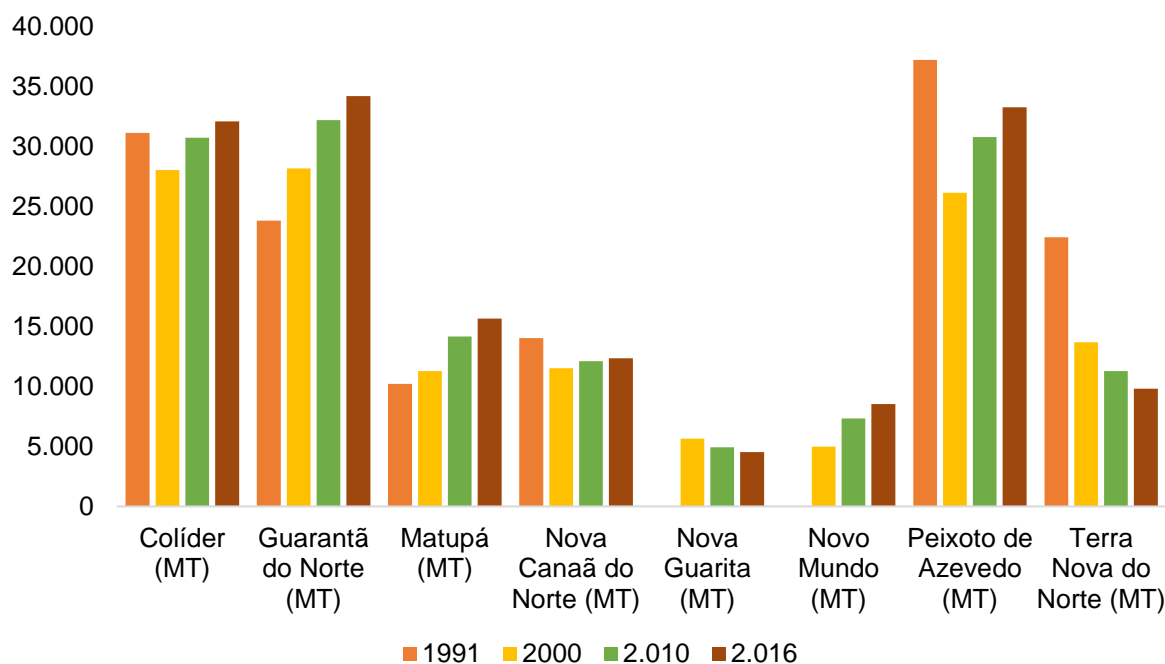
Fonte: IBGE

O padrão do crescimento populacional da microrregião nos últimos 25 anos foi diferente do encontrado no estado do Mato Grosso. Enquanto a população do estado aumentou em 63%, nesse período, o aumento na região estudada foi de somente 6%. No entanto, essa média não descreve bem o comportamento individual dos municípios. O que se observa é uma dicotomia entre municípios com crescimento populacional compatível com o padrão estadual (Guarantã do Norte, Matupá, Novo Mundo) e municípios que apresentam uma redução de sua população (Nova Canãa do Norte, Nova Guarita, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte).

Peixoto de Azevedo foi o município da região norte mato-grossense que, entre 1991 e 2000, mais perdeu população. Nessa década, 11.084 pessoas deixaram o município, sendo que a redução não foi maior porque a perda da população urbana (-12.355) foi em parte compensada por um aumento da população rural (+1.271). Uma das medidas da prefeitura de Peixoto de Azevedo para conter a evasão de sua população em função da crise do garimpo, após as medidas econômicas do Plano Collor, foi a criação de um assentamento rural (hoje Distrito União do Norte) localizada a cerca de 70km de distância da sede municipal, onde é oferecido aos garimpeiros a possibilidade de ganhar sua subsistência via atividade agrícola. Atualmente o distrito conta com uma população aproximada de 12.000 pessoas (Plano Diretor Peixoto de Azevedo, 2016).

Já em Colíder, outro município com perdas populacionais significativas, a dinâmica foi diferente, o decréscimo da população rural (-44,1%) foi, em parte, compensado pelo aumento da população urbana (+25,6%) (MASSFUMI, 2006: 16). A partir do ano de 2000, o município de Peixoto de Azevedo conseguiu um incremento constante de sua população, no entanto, ainda não alcançou os valores de 1991.

Figura 1 – População total 1991, 2000, 2010, 2016



Fonte: IBGE

Os projetos de colonização dirigida realizados por empresas privadas ou pelo INCRA, a partir dos anos de 1980, criaram um padrão específico de distribuição da população no norte-mato-grossense. O censo de 2000 indica, ao lado de Mato Grosso (35,7%), o estado do Paraná como local de origem de uma expressiva parcela da população (25,6%). Os municípios que tiveram no garimpo um dos seus motivos de crescimento inicial se destacam pela grande participação de habitantes oriundos de Maranhão. Em Peixoto de Azevedo a participação da população originária do Maranhão foi de 28% (Censo 2000).

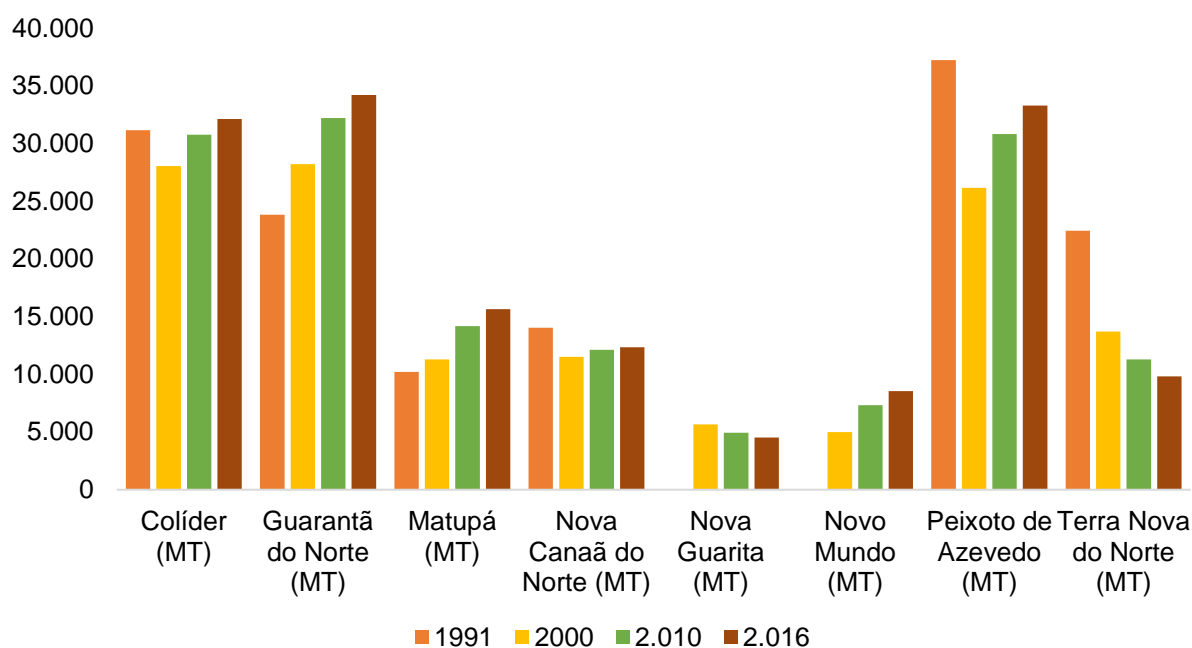
2.2 Desenvolvimento social no Vale do Peixoto

Todos os municípios melhoraram os seus Índices de Desenvolvimento Humano no decorrer da série histórica (Figura 2). Embora nenhum dos municípios tenha alcançado a média do estado (0,725 em 2010). Todos, com exceção de Peixoto de Azevedo, atingiram valores ao redor de 0,7, o que indica um passo importante para atingir o desenvolvimento humano alto.¹ Desta maneira superaram o abismo que

¹ IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano; IDHM entre 0,500-0,599: Baixo desenvolvimento humano; IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio desenvolvimento humano; IDHM entre

existia, em 2000, em relação à média estadual. Peixoto de Azevedo apresenta também o pior valor do IDHM-educação, o valor de 0,521 referente ao ano de 2010 fica distante da média estadual (0,635) e da nacional (0,637)

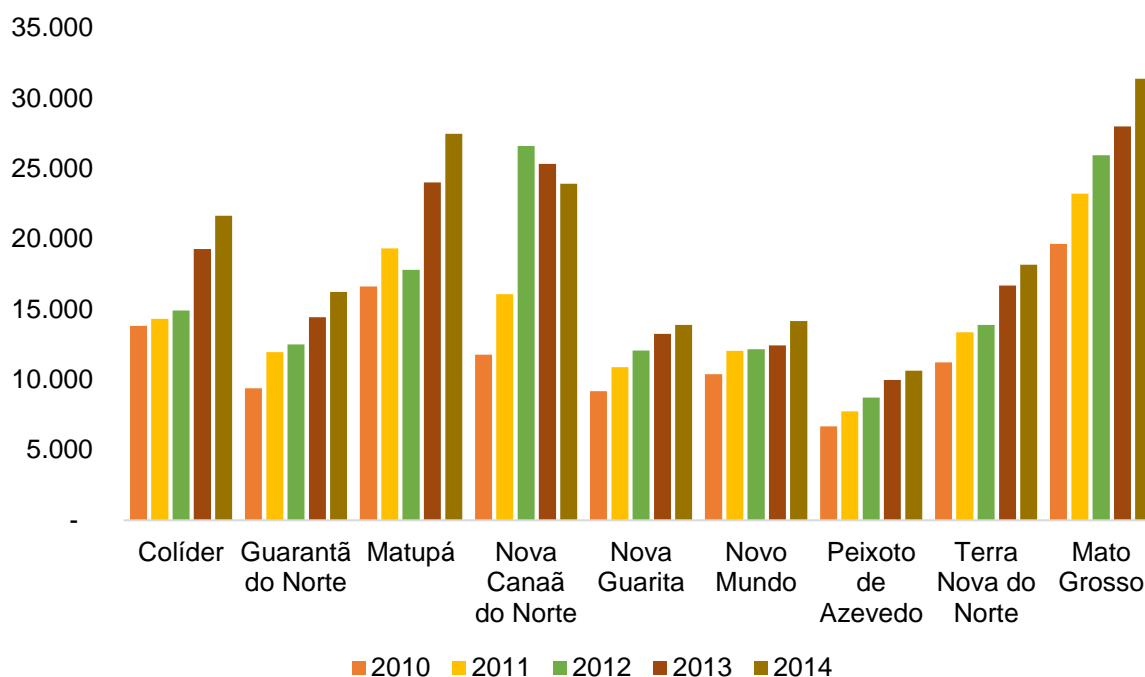
Figura 2 – IDHM 1991, 2000, 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil Renda

Os municípios da região se diferenciam bastante na sua capacidade econômica. Os dados do PIB per capita mostram que nenhum deles alcançou a média estadual (R\$ 31.397 em 2014). O município da região com o maior PIB per capita é Matupá, cujo valor, no mesmo ano, foi de R\$ 27.482. Por outro lado, o PIB per capita de Peixoto de Azevedo é o mais baixo da região. Ele alcançou somente um terço do valor da média estadual. Matupá e Nova Canãã do Norte destoam do conjunto pelo fato de não apresentarem um crescimento econômico contínuo como o resto. Esses municípios apresentaram grandes variações ao longo dos anos, incluindo nessa análise os anos de retração econômica. Em Nova Canãã do Norte, esse processo repetiu-se nos últimos três anos (Figura 3).

Figura 3 – PIB per capita 2010 a 2014 (R\$ preços correntes)

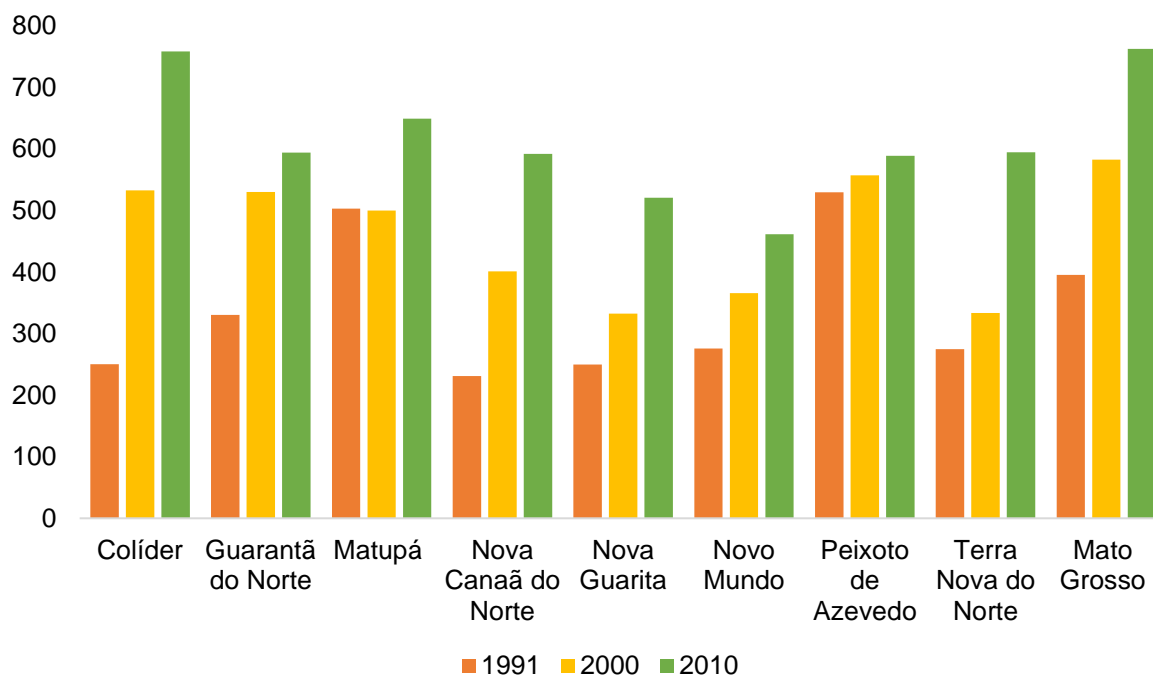


Fonte: IBGE

Os dados do PIB per capita fornecem uma análise aproximada da economia formal dos municípios. No entanto, eles não são adequados para informar sobre a apropriação do resultado econômico. Para conhecer a distribuição dos valores gerados, o indicador renda per capita é mais apropriado.

A renda per capita nos municípios em análise oscila entre 61% (Novo Mundo) e 99% (Colíder) do valor médio do Estado de Mato Grosso. Isso demonstra que o PIB per capita desses municípios é bem inferior à média estadual. Colíder, além de ser o município com a maior renda per capita em 2010, também é o município que teve o maior crescimento de renda per capita entre 1991 e 2010. O valor mais do que triplicou, subindo de R\$250 para R\$760. Os municípios de Nova Canaã do Norte, Nova Guarita e Terra Nova do Norte conseguiram, pelo menos, duplicar a sua renda per capita no mesmo período. Mais uma vez, Peixoto de Azevedo não acompanhou o desempenho dos outros municípios. A renda per capita no município cresceu somente 11%, entre 1991 e 2010, atingindo um valor de R\$595 em 2010 (Figura 4).

Figura 4 – Renda per capita 1991, 2000, 2010 (R\$ de 01/08/2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

2.2.1 Moradia

As condições de moradia nos municípios da região melhoraram consideravelmente nas últimas duas décadas (Tabela 2). Em 2010, a parcela da população que vivia em domicílios com água encanada era maior do que a média estadual e nacional. Peixoto de Azevedo se destacou negativamente no quesito domicílios com banheiro e água encanada, somente 78% da população habitavam em moradias com esse conforto, número consideravelmente menor do que no estado (90,4%) e no Brasil (87,2%).

Tabela 2 – Condições de moradia - Acesso a água 1991, 2000, 2010 (% da população)

	Domicílios com água encanada			Domicílios com banheiro e água encanada		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Guarantã do Norte	40,2	17,5	96,4	38,4	18,7	96,8
Matupá	58,3	70,9	97,1	57,7	69,8	91,6
Nova Canaã do Norte	15	52,1	96,1	14,6	42,5	87,9
Nova Guarita	11,9	64,4	99,1	11,5	52,8	91,4
Novo Mundo	17,3	36,5	95,6	16,2	38,7	88,2
Peixoto de Azevedo	40,3	54,3	93,3	34,2	51,8	77,7
Terra Nova do Norte	30	72,8	96,7	29,5	62,6	98
Mato Grosso	58	74,1	95,2	55,5	70,9	90,4
Brasil	71,3	81,8	92,7	67	76,7	87,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

A oferta de serviços públicos (coleta de lixo e energia elétrica) nos municípios em análise é compatível com a média nacional e estadual, somente o município de Matupá apresenta falhas na coleta de lixo, atingindo menos do que 90% da sua população. Porém, as estatísticas e a prática podem pintar diferentes realidades. Em Peixoto de Azevedo, a equipe de pesquisadores atestou que a coleta de lixo não é feita em toda a cidade. Bairros mais afastados, que mantêm estradas de terra, não são beneficiados pelo serviço. Nestas regiões, há lixo acumulado nas ruas e, frequentemente, sendo queimado nas esquinas.

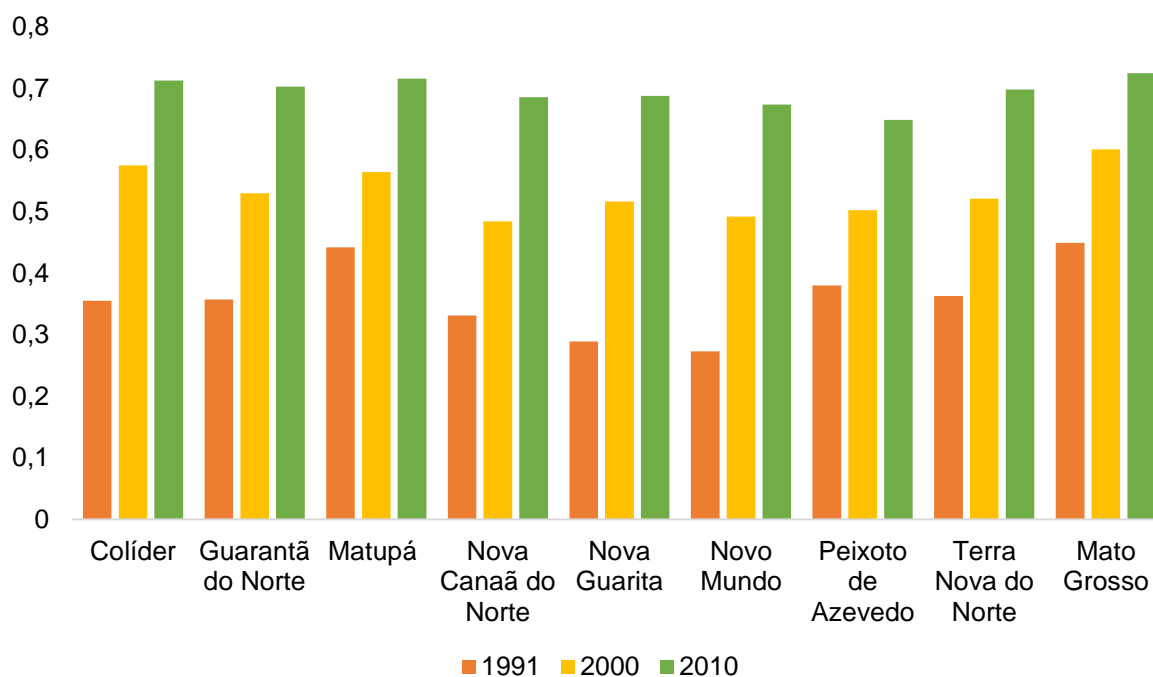
A densidade habitacional (porcentagem da população em domicílios com densidade maior do que dois moradores por cômodo) constitui um problema somente em Peixoto de Azevedo onde ela atinge 34% da população. Nos outros municípios os valores ficam abaixo da média do Estado de Mato Grosso (26,6%) e do Brasil (27,8%) (Figura 5).

Tabela 3 – Condições de moradia - Acesso a coleta de lixo e energia elétrica (% da população)

	Domicílios com coleta de lixo			Domicílios com energia elétrica		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Guarantã do Norte	34,1	87,7	95,7	59,7	80,6	98,8
Matupá	88,9	87	89,8	77,1	83	98,6
Nova Canaã do Norte	28,5	89,1	95	21,6	62,1	97,5
Nova Guarita	--	64,3	99,2	9,8	79,4	97,8
Novo Mundo	--	76,4	94,2	19,5	70,9	97
Peixoto de Azevedo	73	85,9	97,8	73,9	84,4	95
Terra Nova do Norte	56,1	77	90	39,5	83,5	99
Mato Grosso	65,1	87,6	97,1	74,2	89,5	98
Brasil	77,9	91,1	97	84,8	93,5	98,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

Figura 5 – IDHM 1991, 2000, 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

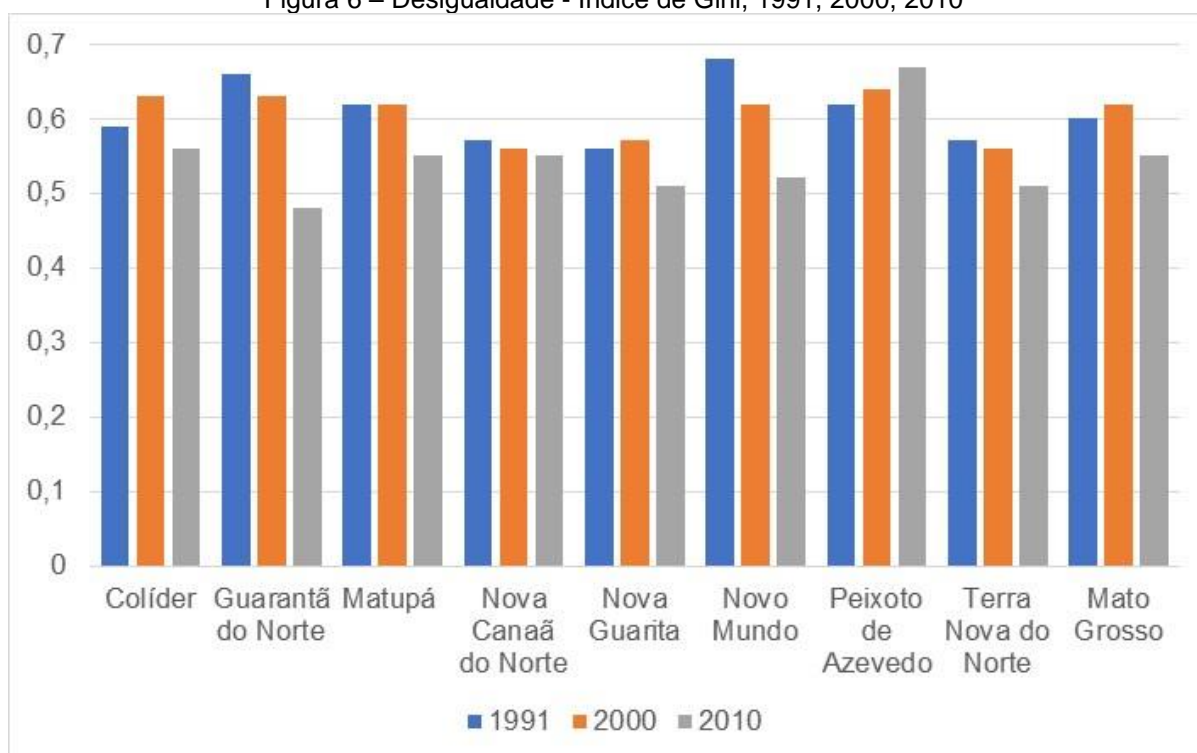
2.2.2 Desigualdade

Os indicadores para medir o grau de igualdade e distribuição de renda dentro dos municípios, calculados a partir de dados dos censos, são: o índice de Gini e o índice de Theil-L, sendo que este último usa a renda familiar per capita.

O estado do Mato Grosso acompanhou na última década a tendência nacional no que diz respeito à redução da desigualdade e uma melhor distribuição de renda. O índice de Gini reduziu de 0,62 (2000) para 0,55 (2010), um valor que supera o índice nacional de 0,60 (2010). Dentro do conjunto dos municípios observados nota-se que Guarantã do Norte (0,48), Matupá (0,55), Nova Canaã do Norte (0,55), Nova Guarita (0,51), Novo Mundo (0,52) e Terra Novo do Norte (0,51) apresentam uma distribuição de renda cujo nível de desigualdade é igual ou inferior à média mato-grossense. O índice Theil-L confirma esse fato para os municípios de Guarantã do Norte, Nova Guarita, Novo Mundo e Terra Novo do Norte (Figura 6).

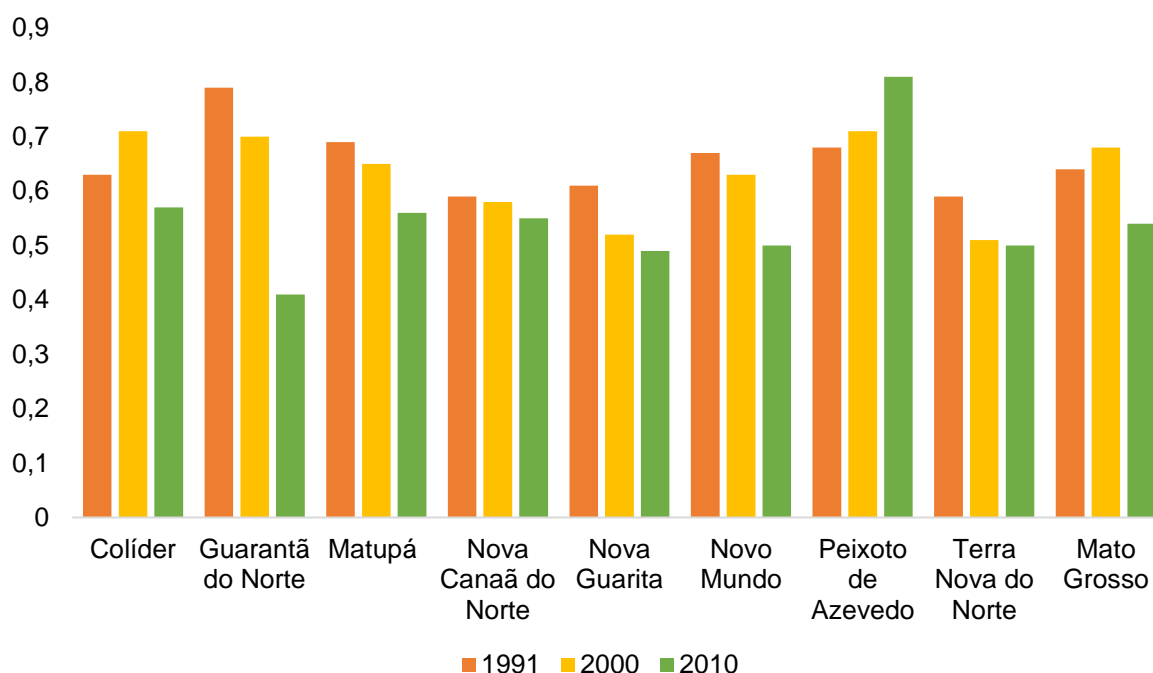
Mais uma vez, Peixoto de Azevedo não acompanhou essa tendência. Pelo contrário, os dados indicam um aumento contínuo da desigualdade na distribuição da renda dentro do município desde o ano de 1991.

Figura 6 – Desigualdade - Índice de Gini, 1991, 2000, 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

Figura 7 – Desigualdade - Índice Theil - L, 1991, 2000, 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

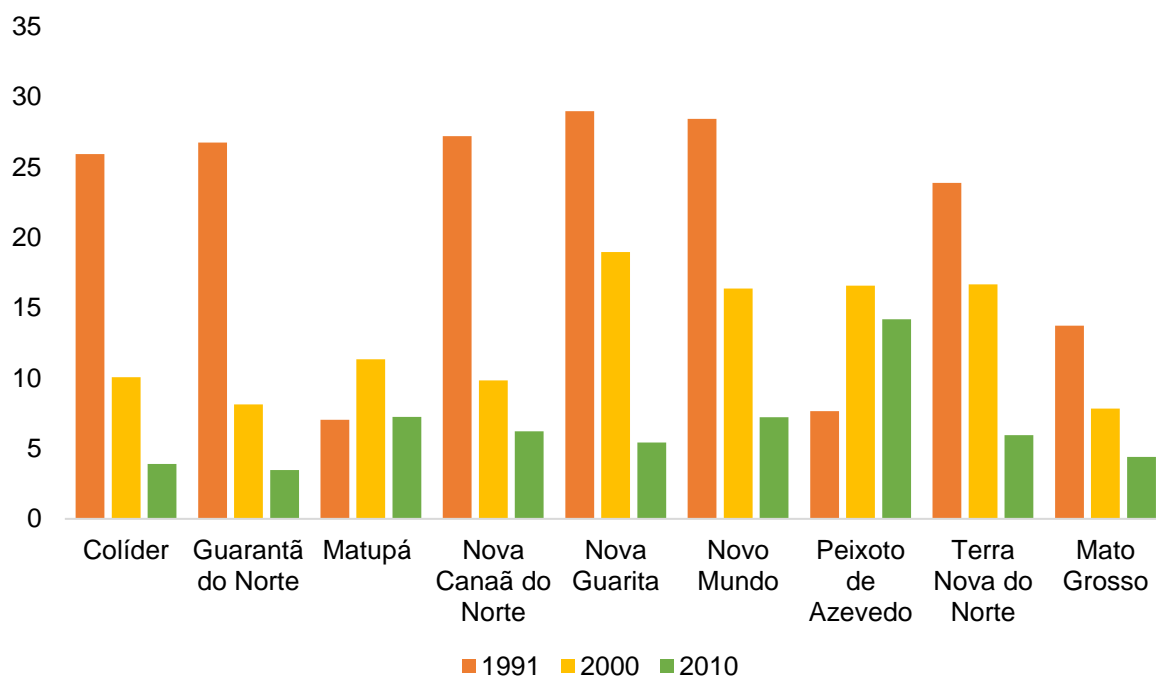
A parcela da população que vive na extrema pobreza no estado de Mato Grosso é de 4,4%. Esse valor indica uma situação melhor do que a média brasileira que é de 6,6%. Os municípios de Colíder (3,9) e Guarantã do Norte (3,5) conseguem superar a média mato-grossense. Esse dado se torna mais notável pelo fato de que, no início dos anos de 1990, ambos os municípios tinham um quarto de sua população vivendo em condições de extrema pobreza. Os municípios de Nova Canaã do Norte, Nova Guarita e Novo Mundo, que apresentaram um quadro parecido na última década do século passado, não conseguiram o mesmo resultado. Em 2010, a população na faixa da extrema pobreza nesses municípios ficou entre 5,4% e 7,2%, sendo, assim, acima da média estadual (Figura 8).

Matupá e Peixoto de Azevedo mostraram um comportamento diferente dos demais municípios. Ambos não conseguiram uma redução da pobreza nos últimos vinte e cinco anos. A parcela da população na faixa da extrema pobreza aumentou, entre 1991 e 2000, e reduziu na década seguinte, no caso de Matupá para um patamar levemente superior (1991: 7,1 / 2010: 7,3) e, no caso de Peixoto de Azevedo, para um valor consideravelmente maior do que em 1991. A porcentagem da população que vive na extrema pobreza duplicou desde então. Em 2010, o município de Peixoto de

Azevedo possuía uma parcela da população na faixa da extrema pobreza (14,2%) três vezes maior do que a média mato-grossense.

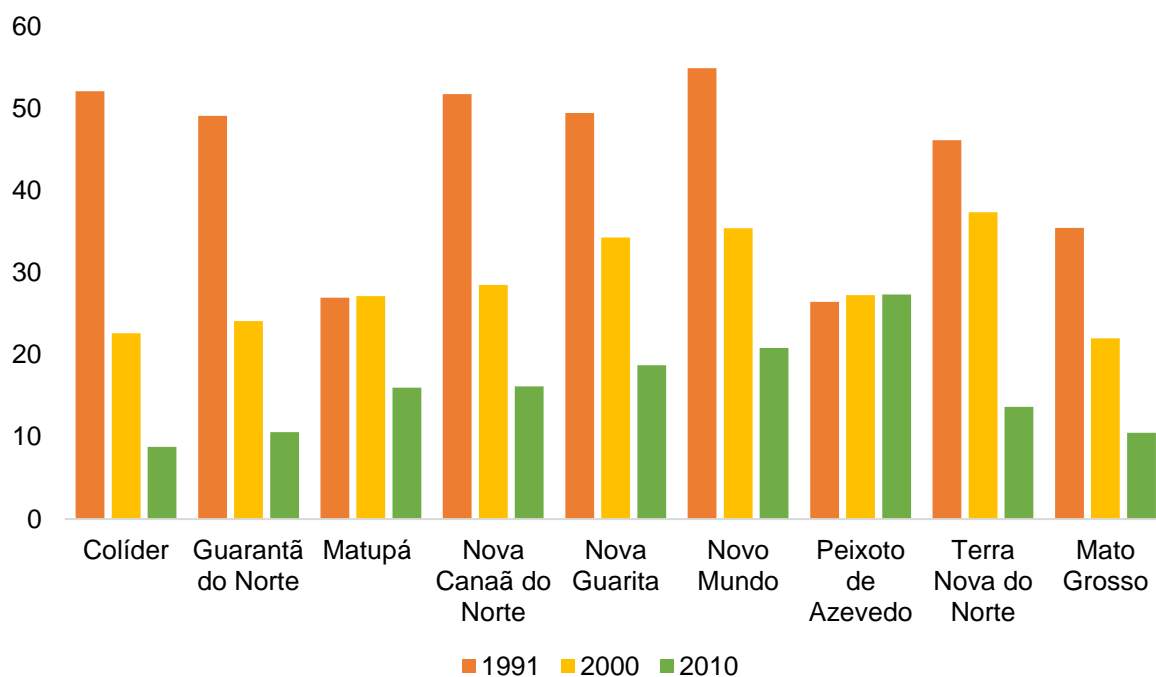
As tendências anteriormente descritas se confirmam tendo como base de análise os dados da população que vive na faixa de pobreza. Peixoto de Azevedo não foi capaz de reduzir a pobreza no município em comparação à situação de 1991 e apresentou uma parcela da população nessa condição social bem superior ao estado de Mato Grosso e também em comparação aos seus municípios vizinhos.

Figura 8 – Pobreza - Parcela da população que vive na faixa da extrema pobreza (% da população com renda domiciliar per capita de R\$70 ou menos mensais em 01/08/2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

Figura 9 – Pobreza - População que vive na faixa da pobreza 1991, 2000, 2010 (% da população com renda domiciliar per capita de R\$140 ou menos mensais em 01/08/2010)

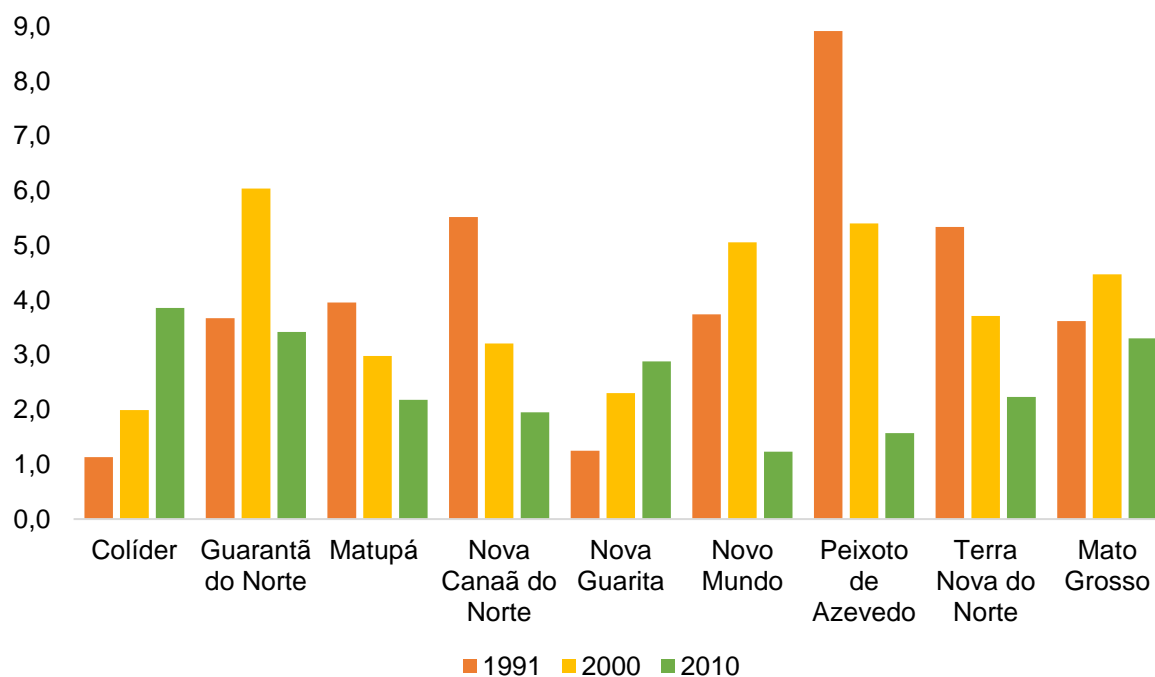


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

Apesar de não ter sido bem-sucedido na redução da pobreza durante os últimos vinte e cinco anos, Peixoto de Azevedo conseguiu grandes avanços no combate à gravidez na adolescência. A parcela de mulheres que tiveram filhos entre 10 e 17 anos reduziu de 9,0%, em 1991, para 1,6% em 2010. Esse valor representa um dos mais baixos da região, ficando abaixo da média estadual (3,3%).

Por outro lado, os municípios de Colíder e Nova Guarita que reduziram os indicadores de pobreza não lograram o mesmo êxito no combate à gravidez na adolescência. Ambos os municípios mostraram uma ascendência nesse item. Sendo Colíder e Guarantã do Norte os únicos municípios que ultrapassam a média estadual (Figura 10).

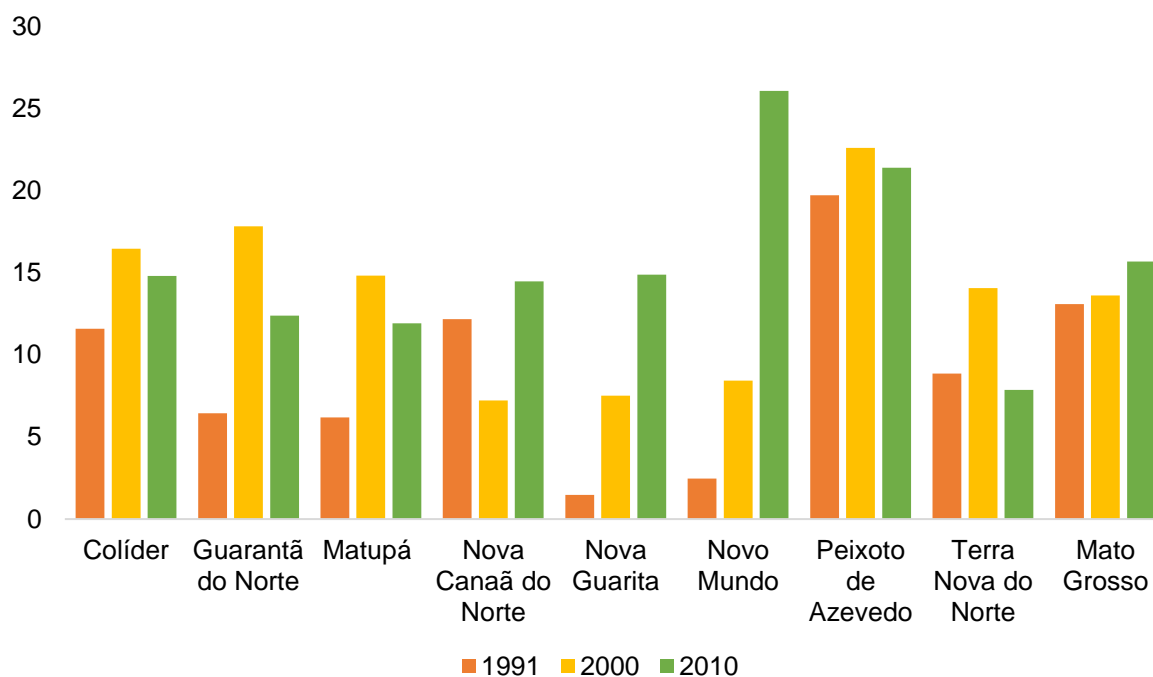
Figura 10 – Vulnerabilidade social - Mulheres de 10 até 17 anos que tiveram filhos, 1991, 2000 e 2010 (%)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

Os dados referentes a mães chefes de família, sem ensino fundamental e com filhos menores oferecem uma ideia da vulnerabilidade social das crianças que vivem nesse meio familiar (Figura 11). O estado de Mato Grosso exibe um padrão que é parecido com a média nacional: um leve aumento de mães chefes de família vivendo nessa condição durante o período em análise (1991-2010). Com exceção de Terra Nova do Norte, que foi o único município que conseguiu para 2010 (7,9%) um desempenho melhor do que em 1991 (8,9%), todos os municípios da região acompanharam a tendência nacional e estadual. Os municípios com as maiores parcelas de mães chefes de família com baixa instrução são Novo Mundo (2010: 26,1%) e Peixoto de Azevedo (21,4%).

Figura 11 – Vulnerabilidade social - Mães chefes de família sem fundamental e com filho menor (% do total de mães chefes de família)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

A comparação dos dados sobre renda familiar per capita, calculados a partir de dados do último censo (2010), com as informações geradas a partir da análise das informações contidas no cadastro único (2016) fornece, por um lado, uma imagem mais atual e fidedigna da pobreza nos municípios. Por outro lado, ela visualiza a importância e eficiência do programa de transferência de renda para o combate à pobreza.

Os dados levantados no Censo de 2010 mostraram que o município de Peixoto de Azevedo apresentou as maiores parcelas da população vivendo nas faixas de pobreza ou extrema pobreza. Analisando as informações contidas no cadastro único, Peixoto de Azevedo manteve a sua posição como município com a maior faixa de população pobre ou extremamente pobre. No entanto, as discrepâncias em relação aos outros municípios reduziram-se. Isso leva à hipótese de que o programa bolsa família conseguiu, nesses municípios, tirar mais pessoas da faixa de pobreza do que em Peixoto de Azevedo.

Os municípios com as menores parcelas da população vivendo com uma renda familiar per capita inferior à metade de um salário mínimo são Nova Canaã do Norte (20,5%), Matupá (20,5%) e Colíder (24,7%).

Tabela 4 – Distribuição da população municipal conforme faixa de renda familiar per capita sem benefício bolsa família, nov. 2016 (% da população)

	Colíder	Guarantã do Norte	Matupá	Nova Canaã do Norte	Nova Guarita	Novo Mundo	Peixoto de Azevedo	Terra Nova do Norte	Mato Grosso
Até R\$ 85,00	7,2	14,3	4,8	5,1	13,8	6,4	16,8	16,9	10,6
Entre R\$85,01 e R\$170,00	6,4	8	6,7	6,0	13	12,9	14,8	10,8	8,6
Entre R\$170,01 e ½ SM	11	8,5	10,8	9,3	11,1	17,5	10,5	16,9	12,4
TOTAL	24,7	30,9	22,4	20,5	37,9	36,8	42,2	44,5	31,6

Fonte: MDS Cadastro único, cálculo próprio

2.3 Recursos minerais no Vale do Peixoto

A região do norte do Mato Grosso é conhecida por suas mineralizações de ouro primário e secundário na província Mineral de Alta Floresta, já cartografado em 1997 pela CPRM durante o projeto Mapa Temáticas de Ouro². Ademais, há na literatura registros da existência de rochas graníticas (Leite et al. S.d.), (Silva 2014), de manganês, calcário e minerais para emprego na construção civil (EPE 2007).

2.4 Mineração no Vale do Peixoto

No início de fevereiro de 2017, o SIGMINE registrou, para o norte mato-grossense, um total de 482 processos em fase de Requerimento de Lavra Garimpeiro (e ainda não indeferidos) para a substância ouro. Desse total, 303 requerimentos têm como autor uma cooperativa. O total da área requerida pelas cooperativas é de 1,050 milhões de hectares. Esse total corresponde a 99% das áreas requeridas para uma Lavra Garimpeira. A cooperativa com o maior número de requerimentos é a COOGAVEPE (Tabela 5).

² <http://www.cprm.gov.br/publique/Recursos-Minerais/Apresentacao/Serie-Mapas-Tematicos-de-Ouro--Escala-1%3A250.000-269.html>

Tabela 5 – Cooperativas com Requerimentos de Permissão de Lavra Garimpeira (05/02/2017)

	REQ-PLG	Área (em Ha)
Cooperativa de Pequenos Mineradores de Ouro e Pedras Preciosas de Alta Floresta	83	426.361
Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia	12	1.446
Cooperativa dos Garimpeiros de Apicás	6	5.421
Cooperativa dos Garimpeiros de Juruena	2	14.755
Cooperativa dos Garimpeiros do Amazonas, Pará e Rondônia	1	3.877
Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto COOGAVEPE	162	442.628
Cooperativa dos Garimpeiros Mineradores e Produtores de Ouro do Tapajós	3	1.581
Cooperativa Mista dos Garimpeiros de Peixoto de Azevedo	34	154.698
	303	1.050.767

Fonte: DNPM-Sigmine

Para a mesma região, existem 262 lavras autorizadas para ouro, sendo 261 Permissões de Lavra Garimpeiras e uma Concessão de Lavra. A metade das PLGs está nas mãos de cooperativas, e, mais uma vez, a Cooperativas dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto (GOOGAVEPE) possui o maior número desses títulos. O total de 105 PLGs em sua posse cobrem uma área de 96,7 mil hectares (Tabela 6).

Tabela 6 – Permissão de Lavra Garimpeira concedida a cooperativas (05/02/2017)

	PLGs	Área (em Ha)
Cooperativa de Pequenos Mineradores de Ouro e Pedras Preciosas de Alta Floresta	18	29.973
Cooperativa dos Garimpeiros de Apicás	2	3.703
Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto COOGAVEPE	105	96.711
Cooperativa dos Garimpeiros e Mineradores do Norte de Mato Grosso	1	50
Cooperativa Mista dos Garimpeiros de Peixoto de Azevedo	3	7.598
Cooperativa Mista dos Garimpeiros e Produtores de Ouro do Vale do Rio Peixoto Ltda.	2	768
	131	138.803

Fonte: DNPM / SIGMINE

As Permissões de Lavra Garimpeira cedidas para pessoas físicas estão distribuídas entre 56 titulares, que, em maioria, possuem somente um título. A

concentração de PLGs em posse de pessoas físicas é pequena na região. O número máximo de títulos em nome da mesma pessoa não passa de 10 (Tabela 7).

Tabela 7 – Concentração de PLGs

Quantidade de PLGs	Número de titulares
1	35
2	9
3	4
5	2
6	2
7	1
9	1
10	1
	55

Fonte: DNPM / Sigmime

3 METODOLOGIA DE PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme previamente descrito no Relatório do Produto 1, o objetivo dos estudos de caso é coletar dados qualitativos e de cunho social que vão dialogar com os dados quantitativos (estatísticos) e de cunho geológico e tecnológico coletados em outras partes do projeto (Produto 1). Para isso, a pesquisa de campo faz entrevistas com atores do setor de mineração bem como com os moradores das comunidades onde há atividades ligadas à mineração. Os impactos de cunho econômico, social e ambiental da mineração são, dessa forma, fundamentados a partir de observações de campo e entrevistas com agentes ligados diretamente e indiretamente ao setor. Seguindo, portanto, o planejamento inicial, a coleta de dados durante a pesquisa de campo em Peixoto de Azevedo foi realizada a partir de:

3.1 Análise prévia de dados bibliográficos

Trata-se da leitura e do estabelecimento de correlações entre documentos acadêmicos e relatórios institucionais que abordam temas relacionados à região estudada, ao produto mineral lá encontrado e às dinâmicas sociais previamente encontradas em mineração artesanal ou em pequena escala em outras regiões do País e do mundo. Os dados servem de base documental para o estabelecimento de linhas de análise antropológicas socioeconômica para a elaboração das entrevistas semiestruturadas, dos focos das observações de campo e das análises dos dados coletados.

3.2 Entrevistas semiestruturadas

Foram elaborados questionários-base para a abordagem antropológica de entrevistas para os diferentes tipos de papéis socioeconômicos encontrados no garimpo. Para efeitos de organização dos dados e sua posterior análise, foram estabelecidos 5 grupos.

São eles:

- a) Donos de Terra
- b) Donos de operação / gestores de garimpo
- c) Garimpeiros - Com os subgrupos:
 - i. Operários garimpeiros
 - ii. Cozinheiras
 - iii. Gerentes do garimpo
 - iv. Operadores de PC e outras máquinas pesadas
- d) Serviços e comércio
- e) Representantes de instituições

Para cada grupo, foi elaborada uma lista de tópicos de forma a orientar a direção dos diálogos e entrevistas semiestruturadas. Durante o trabalho de campo, foram registradas 87 entrevistas antropológicas e cerca de 15 observações especiais. A seguir, o leitor encontra a tabela da amostragem dos entrevistados classificados sob as categorias listadas. Detalhes sobre o perfil populacional da coleta de dados podem ser encontrados no item 4.3, que aborda os atores sociais nos diferentes espaços. Segue uma tabela dos entrevistados diretamente ligados à mineração (Tabela 8).

Tabela 8 – Entrevistados por papel no universo da MPE (Vale do Peixoto)

Função	Número	%
Dono Operação	14	18
Dono da Terra	12	16
Dono da Licença	9	12
Garimpeiro	39	53
Comerciante	11	15
Instituição	10	14
Total de pessoas	74	
Total de papéis sociais:	95	

Fonte: Elaborado pelos autores

Nota-se que o total de papéis é maior que 100%. Isso acontece porque parte dos atores ocupam mais de um papel na sociedade e economia local. Para fins de exemplo, é possível citar alguns políticos entrevistados que ocupam os papéis de membros de instituições simultaneamente com o de donos de terra ou gestores de garimpo.

3.3 Inserção no aplicativo

Para efeitos de organização das informações na compilação do banco de dados do aplicativo GeoODK, foi desenvolvido um formulário Individual de pesquisa. O formulário individual foi gerado para a coleta de dados populacionais de forma a auxiliar a equipe antropológica na construção dos perfis populacionais das regiões estudadas.

O formulário Individual inclui as seguintes perguntas:

Item 1: Localização – feita via GPS

Item 2: Estado onde foi feita a pesquisa individual – com todas as opções de estados Brasileiros, além da opção “Fora do Brasil”, que é seguida pela opção de inserção de dados.

Item 3: Gênero – com as opções Homem e Mulher

Item 4: Estado Civil, com as opções:

1 – Solteiro

2 – Casado

3 – Divorciado

4 – Viúvo

5 – Separado

6 – Companheiro

Item 5: Cônjuge/Companheiro mora junto? – Com as opções Sim/Não. Seguido pelo item 6, caso a resposta seja negativa.

Item 6: Em que estado mora o cônjuge? – O item apresenta todas as opções de estados brasileiros, além da opção “fora do Brasil”.

Item 7: Possui filhos menores de 18 anos? – Com as opções Sim/Não, seguido por quantidade, caso a resposta seja “sim”.

Item 8: Possui filhos maiores de 18 anos? – Com as opções Sim/Não, seguido por quantidade, caso a resposta seja “sim”.

Item 9: Filhos maiores moram junto? – Caso a resposta do item 7 seja afirmativa, o item 9 diz sobre o status de moradia dos filhos maiores.

Item 10: “Filhos menores moram junto? ”. Caso a resposta do item 7 seja afirmativa, o item 10 diz sobre o status de moradia dos filhos menores.

Item 11: Caso as respostas dos itens 9 e 10 sejam negativas, o Item 11 diz sobre o estado onde moram os filhos, onde é possível selecionar o estado brasileiro, ou a opção “Fora do Brasil”, que diz respeito a espaços fora do território Brasileiro, seguida pela possibilidade da inserção do nome do país.

Item 12: Idade do entrevistado – O item é aberto para inserção de dado numérico.

Item 13: Estado Onde Nasceu – O item tem todas as opções de estados brasileiros, além da opção “Fora do Brasil”, seguida pela opção de inserção livre de dados.

Item 14: Grau de instrução – O item é dividido entre as seguintes categorias:

1 – Não possui grau de instrução

2 – Fundamental incompleto

3 – Fundamental completo

4 – Médio incompleto

5 – Médio completo

6 – Superior incompleto

7 – Superior completo

Item 15: Onde Trabalha – Diz respeito ao subsetor do arranjo produtivo local em que o entrevistado trabalha. O item apresenta as seguintes opções:

1 – Na Mineração – Neste item, foram incluídos apenas os entrevistados cujos serviços são diretamente relacionados à mineração. Isto inclui o

processo de lavra e extração mineral. (Serviços como os de garimpeiros, assistentes de lavra, coordenação e supervisão de lavra são incluídos neste item. Já posições relacionadas ao beneficiamento ou comercialização são excluídas deste item).

2 – Serviços para a Mineração – Este item inclui todos os serviços relacionados à mineração, mas não diretamente ligados à extração mineral. Isso significa dizer que o beneficiamento do produto extraído, bem como a comercialização do minério entram nesta categoria. Portanto, os comércios que fornecem produtos para a mineração e cujos principais clientes são as frentes de lavra, como lojas de máquinas ou de peças de máquinas, além de espaços de beneficiamento do produto, como oficinas de lapidação de pedras ou lojas de vendas de gemas são consideradas dentro desta categoria.

3 – Outros Serviços – a equipe designou esta opção para abarcar todo e qualquer tipo de trabalho, formal ou informal, não diretamente relacionado à extração mineral, fornecimento de material para a lavra ou ao beneficiamento e venda do produto extraído. Dessa forma todo o comércio local e prestação de serviços da região estudada não diretamente relacionados à lavra e extração mineral entram neste item. Isso significa dizer que os negócios formais como supermercados, postos de gasolina, lojas de roupas, brinquedos, artigos de higiene, farmácias, postos médicos, consultórios odontológicos, bem como negócios informais como diaristas, cozinheiras que não trabalham no garimpo, vendedores ambulantes, bares não registrados, pintores, pedreiros, entre outros, são abarcados por esta categoria.

4 – Não Trabalha – Esta opção inclui os entrevistados que não possuem empregos formais ou informais, e não prestam serviço em qualquer tipo de posição reconhecida como trabalho, seja ele manual ou intelectual. Nele, são incluídos os aposentados, e as donas de casa. A equipe de pesquisadores reconhece que as duas últimas categorias são pontos controversos, já que tanto aposentados quanto donas de casa, de uma forma ou de outra, desempenham funções que podem ser consideradas trabalho. Contudo, elas entram nesta categoria uma vez que não há

vínculos empregatícios ou relações trabalhistas, sejam elas formais ou informais. Além disso, partimos do princípio da autodeterminação dos entrevistados, já que eles próprios dizem sobre suas posições de trabalho. Isso significa dizer que os entrevistados da categoria “dona de casa”, por exemplo, não interpretam suas posições como função trabalhista. Dessa forma, a autodeterminação da posição as coloca nesta última categoria do Item “onde trabalha”.

Item 16: Renda média – O item apresenta entrada livre para inserir o valor (média) mensal indicado pelo entrevistado.

3.4 Inserção de dados em tabelas específicas por campo

Para a composição do perfil populacional, foi preciso desenvolver formas de organização e compilação de dados paralelas ao banco de dados do aplicativo GeoODK. Apesar de o aplicativo apresentar uma forma prática de coletar e compilar dados populacionais de caráter nacional, cada estudo de campo traz novas ramificações de informações importantes que, quando compiladas e analisadas, traduzem realidades sociais diferentes em cada região definida como objeto de estudo de campo. Isso significa que o aplicativo não é suficiente para abarcar detalhes dos perfis populacionais em cada região estudada. Dessa forma, a equipe de pesquisadores precisou desenvolver tabelas específicas de compilação de dados para cada estudo de campo. Estas tabelas incluem a comparação de dados específicos para cada região. No caso da Região do Vale do Peixoto, a compilação de dados específicos por região inclui as seguintes categorias:

- a) Da forma de relação trabalhista:
 - i. Assalariado
 - ii. Sócio-porcentista
 - iii. Pago por produção
 - iv. Autônomo
- b) Da categoria de trabalho:
 - i. Dono de terra
 - ii. Dono de garimpo
 - iii. Dono de licença

- iv. Trabalhador carteira assinada
- v. Trabalhador sem carteira assinada
- vi. Autônomo
- vii. Comerciante
- viii. Representante de instituição

3.5 Observações antropológicas

O município de Peixoto de Azevedo foi selecionado como a área de base para o campo. Na região, foram realizadas cerca de 20 visitas a frentes de garimpo, nos deslocando de carro e barco. Grande parte das entrevistas foi realizada dentro das áreas de garimpo, enquanto outras foram realizadas nas áreas de comércio das cidades que compõem o Vale do Peixoto. Tanto nas cidades quanto nas frentes de mineração e piscicultura foram registradas observações sobre o comportamento e as relações entre as pessoas da região estudada. Foram realizados contatos, participação em diálogos, e registro de notas sobre as rotinas e formas de operação dos negócios locais. Todo o material recolhido foi registrado em documentos de entrevistas e anotações de campo. Estas observações ajudam a compor o perfil social e econômico local, e foram incorporadas no presente relatório na medida em que os tópicos relevantes são abordados.

3.6 Facilitadores de acesso

Durante todo o período de pesquisa de campo em Peixoto de Azevedo, a equipe de pesquisadores recebeu auxílio da COOGAVEPE para obter acesso às frentes de lavra, aos gerentes de área e aos trabalhadores nos garimpos legalizados e que possuem as devidas licenças de operação. A equipe pôde acompanhar o trabalho da cooperativa e as visitas aos garimpos, bem como foi instruída com direções e contatos para realização de entrevistas, tanto nas regiões de garimpo, quando no comércio local. Dessa maneira, boa parte dos entrevistados (28,7%) são afiliados à cooperativa. Com o intuito de equilibrar as estatísticas dos entrevistados e ter acesso a pontos de vista desvinculados ao da cooperativa, a equipe buscou construir relações também com garimpeiros, donos de terra e máquina e outros prestadores de serviço que

trabalham em frentes de lavra não regulamentados pelo DNPM e demais órgãos regulatórios. Estes constituem 21,6% dos entrevistados.

3.7 Análise político-administrativa

Além disso, foram realizadas entrevistas, durante o trabalho de campo, com representantes de organizações que atuam no setor de cerâmica na região geográfica do estudo de caso. As entrevistas semiestruturadas foram feitas com representantes das seguintes entidades: prefeituras e secretarias municipais; órgãos estaduais; sindicatos de trabalhadores; associações patronais locais e nacionais, representantes de empresas do setor e outros agentes considerados como potenciais fontes de dados.

Essas entrevistas foram fundamentais para identificar a visão de atores estrategicamente importantes para o setor, bem como para registrar suas principais demandas. Por fim, foram feitos levantamentos de dados secundários disponíveis em sites públicos e privados por meio da internet.

4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICA

Para a descrição e análise da organização social, cultural e econômica na região de Peixoto de Azevedo, a abordagem se iniciou a partir da identificação dos diferentes espaços em que os atores socioeconômicos se encontram, movimentam e interagem.

Esta identificação é feita, primeiramente, a partir da descrição dos ambientes de garimpo – baixão, filão e rio. Na sequência, foi identificado o espaço da cidade, onde os atores são, em parte, os mesmos do garimpo. A parte seguinte deste capítulo, segue para uma caracterização mais detalhada dos atores e suas ligações com o espaço, histórias individuais e familiares, entre outros aspectos. São abordados em detalhes quem são os indivíduos que compõem este universo de pequena mineração, como é sua relação com a atividade da mineração em pequena escala, e quais são as características mais significativas da realidade garimpeira na Reserva de Peixoto de Azevedo. Ao final da seção, o foco do individual é transferido para o coletivo, e são identificadas as principais características da economia garimpeira dentro deste espaço social e cultural.

4.1 Espaços do garimpo de ouro

A mineração em pequena escala no Vale do Peixoto possui diferentes configurações. As variações do cenário de garimpo observadas durante o trabalho de campo são consequência do processo de legalização e formalização da atividade de extração mineral na região. Enquanto algumas frentes de lavra são ainda rudimentares e sem formalização, outras já são configuradas de forma prática e organizada, seguindo diretrizes do processo de licenciamento das áreas de lavra. Durante o campo, a equipe visitou tanto áreas formalizadas quanto não formalizadas.

4.1.1 Baixão

Os espaços conhecidos na região como “Baixões” são grandes extensões de terra onde a frente de lavra acontece a céu aberto, a partir da retirada de material dos morros ou do chão. Dessa forma, a exploração é feita a partir do desnivelamento da

terra. Máquinas escavadeiras retiram o material que é lavado e direcionado pelos pares de máquina de sucção até a caixa, onde, por diferenças de peso e densidade, fica o ouro.

Os acampamentos de baixão que são formalizados perante o DNPM e os demais órgãos regulatórios na região de Peixoto possuem instalações de madeira, alvenaria e telhas. As construções são planejadas e possuem ambientes separados de dormitório, cozinha, espaço de convivência e banheiros e lavatórios. Em geral, eles são localizados a mais de 100 metros das frentes de lavra, e possuem condições higiênicas de habitação. Os dormitórios possuem camas individuais ou beliches, e ficam próximos às demais instalações. Há mais de um banheiro por instalação (dois ou três), que são compartilhados por cerca de 15 garimpeiros. Operações maiores são proporcionalmente instaladas, com mais espaço de dormitório e refeitório, além de um número maior de banheiros e lavatórios. Enquanto alguns gestores de garimpo (donos do garimpo) preferem montar dormitórios coletivos e espaçosos, outros optam por montar dormitórios separados por função. Dessa forma, os operadores de máquinas (PC e trator) dormem separadamente dos garimpeiros (operadores de dragas, de mangueira e auxiliares). As cozinheiras sempre têm um espaço reservado, com dormitório exclusivo e mais próximo – ou anexo – à cozinha. Caso haja casais no garimpo, eles possuem um dormitório separado. Há casos de garimpeiros que, preferindo um pouco mais de privacidade durante o sono, substituem a cama por barracas individuais, que são instaladas dentro da área de dormitório.

As áreas são identificadas com placas sinalizando os espaços de dormitório, banheiros, cozinha e refeitório. A água utilizada no preparo dos alimentos, bem como a água à disposição dos garimpeiros na copa ou na área de convivência, é filtrada. Os acampamentos são erguidos a centenas de metros de rios, para evitar a contaminação da bacia local. A área de convivência, copa, ou refeitório, são equipadas com TV com sinal via satélite, e internet Wi-Fi. Os acampamentos possuem energia elétrica, com tomadas padronizadas para a utilização de aparelhos eletrônicos.

Os acampamentos de baixão que não são formalizados perante os órgãos regulatórios apresentam diversas configurações. Não há uma padronização que determine o formato e o modo de operação destas frentes de lavra. Dessa maneira, a equipe constatou as seguintes características: Dormitórios podem ser construídos em

madeira ou cobertos de lona e plástico resistente à água. Há casos de garimpeiros que constroem seus próprios barracos, para ter mais privacidade, não tendo, assim, que dormir junto aos outros; e há casos de trabalhadores que optam por dormir em barracas individuais.

Nas frentes de lavra não regulamentadas, a configuração do espaço não apresenta placas sinalizando as funções de cada ambiente, e não necessariamente possuem condições ideais de higiene e limpeza. A água utilizada na cozinha e nos recipientes refrigerados para os garimpeiros, segundo os trabalhadores, é limpa e filtrada. As cozinhas são equipadas normalmente, com geladeiras e todos os utensílios necessários. Os acampamentos têm energia elétrica. Alguns deles possuem televisão a satélite e internet com Wi-Fi.

Há, ainda, casos de frentes de lavra não regulamentadas dentro de pequenos sítios dos moradores locais. Como estes ficam localizados próximos às cidades, os trabalhadores passam apenas a jornada de trabalho na frente de lavra, voltando a suas residências ao entardecer. Dessa forma, não se faz necessária a instalação de um acampamento próximo ao baixão.

4.1.2 Balsa

As balsas consistem em instalações flutuantes de sucção de material para exploração no leito dos rios. As balsas localizadas no Rio Peixoto de Azevedo são de pequeno porte, compostas por equipes de 3 a 6 pessoas. Devido às condições de licenciamento e da necessidade da mobilidade, as áreas de dormitório são estabelecidas dentro do espaço da balsa. Redes de descanso são erguidas ao entardecer, e recolhidas pela manhã, para dar início aos trabalhos. Há casos de balsas que montam pequenos acampamentos à beira do Rio. Nestes casos, os dormitórios são espaços de terra cobertos de lona ou plástico para proteger os trabalhadores da chuva. Estacas ou árvores são usadas para pendurar as redes de descanso, que podem ser facilmente removidas caso seja necessário mover a balsa de lugar. À beira do rio, próximo a algumas balsas, nota-se o estabelecimento de uma área coberta de convívio. Uma instalação improvisada de lona ou plástico que cobre uma mesa com bancos de madeira, conforme a configuração de uma copa de refeições conjuntas.

Ainda dentro do pequeno espaço da balsa, há um canto reservado para a cozinha, com pia, fogão e um espaço para manter alimentos. O espaço de convívio entre os trabalhadores é pequeno e amontoado. Há roupas penduradas por toda parte junto ao equipamento de trabalho e ao redor do motor, que ocupa grande parte do espaço da balsa, bem como a caixa de depósito de ouro.

4.1.3 Filão

As frentes de lavra em Filão são aquelas em que é preciso cavar um poço para acessar o local onde se encontra o material lavrado. Na região de Peixoto, elas regulamentadas pelos devidos órgãos seguem as mesmas diretrizes e, portanto, possuem a mesma configuração dos acampamentos de baixão. Os poços ficam a até 100 metros do refeitório e dos dormitórios, com uma separação entre área de trabalho e demais áreas.

Os poços são construídos em pontos onde sondagem e experiência mostram que há um filão de ouro. Durante a pesquisa de campo, foram encontrados poços de até 100 metros de profundidade. Há várias formas de revestir o poço – o revestimento de madeira sendo o mais comum. A equipe também observou formas de manilha redonda e quadrada sendo baixadas para reforçar a segurança da estrutura do poço. Nas profundezas, são construídas galerias em linha horizontal, que também podem chegar a dezenas de metros. Nestas galerias, o material que contém o ouro é retirado. No processo, geralmente são usados explosivos para quebrar a rocha/pedra. Em ‘boroccas’, os garimpeiros mandam o material para cima com o auxílio de um guincho motorizado. O material é, depois, moído – geralmente em moinho de martelo que podem ter tamanhos variados, de básico a grande, e com vários passos no processo de moagem. Os moinhos se encontram a alguma distância dos poços. A concentração e amalgamação do minério acontecem nesse mesmo local, ou em uma “central de amalgamação” também no terreno da operação.

A equipe de trabalho no poço geralmente é organizada em grupos de quatro. Enquanto dois trabalhadores são baixados no poço para realizar os trabalhos de retirada de material, outros dois fazem o serviço de apoio e manutenção na parte de cima. A equipe de quatro pessoas se reveza a cada duas ou três horas. Além disso,

após um período de 10 a 12 horas de trabalho, a equipe é trocada. Outros quatro operários assumem os postos de serviço.

4.2 Espaços da cidade

Peixoto de Azevedo, que serviu como base para a equipe de campo, é um ponto central de convergência dos espaços relacionados ao garimpo da região. É na cidade que podem ser encontradas as sedes das duas cooperativas de garimpeiros da região, o escritório da METAMAT (Companhia Mato-grossense de Mineração), o comércio baseado em serviços de apoio à mineração e a boa parte da vida social dos membros integrantes do garimpo.

Com uma população que já adentra a casa dos 30 mil habitantes, Peixoto apresenta as configurações de uma cidade, com apenas traços deixados ao tempo que indicam o passado de uma currutela garimpeira. O comércio é bem distribuído entre as avenidas principais e as ruas secundárias. Há praças e espaços públicos mantidos pela prefeitura e serviços de todos os tipos. A antiga rua principal, a “Rua do Comércio”, deixou de ser o ponto central da cidade, e passou para o status de secundária, com a construção de novas áreas e avenidas-eixo na cidade após a crise do início dos anos 1990, e a volta do crescimento populacional da vila. A seguir, o leitor encontra uma breve descrição dos espaços da cidade que são significativos no cenário da mineração em Pequena Escala.

4.2.1 Hotéis e pousadas

As hospedagens se propõe a abrigar os garimpeiros, comerciantes, e outras pessoas que transitam pela cidade. A Rua do Comércio ainda é um ponto central de hospedagem dos garimpeiros. Lá, podem ser encontradas pensões e quartos individuais com poucos metros quadrados, próximos a bares e outros estabelecimentos comerciais. Espalhados pela cidade, há outros formatos de hospedagem, como pousadas e hotéis de pequeno porte.

4.2.2 Estabelecimentos Comerciais

Os espaços de compra e venda de produtos e serviços para o garimpo, como supermercados, padarias, lojas de roupas, peças de máquinas e outros itens relacionados ao serviço de pequena mineração, estão presentes em várias regiões da cidade, não se concentrando apenas na parte da vida econômica local. Os estabelecimentos são geridos por comerciantes exclusivamente voltados à atividade comercial e, por vezes, comerciantes que também possuem outras frentes de trabalho (podem ser gerentes de área, donos de garimpo, donos de máquina, entre outros).

4.2.3 Serviços formais e informais de entretenimento

Por toda a cidade podem ser encontrados bares de diversos tipos e porte. São comuns na paisagem os bares de esquina, onde encontra-se duas ou três mesas assentadas na calçada, em frente à porta, que geralmente é anexa à residência do dono do espaço. Há, ainda, distribuidores de bebidas e supermercados de conveniência que ficam abertos até o período da madrugada, que também vendem bebidas alcoólicas. São dois os cabarés mais conhecidos na cidade. Um deles fica localizado próximo à rua do Comércio. O outro já está instalado em um local mais distante do centro da cidade, ao noroeste da vila.

4.2.4 Compras de ouro

Antigamente encontradas em peso na Rua do Comércio, as compras de ouro migraram com os anos para as avenidas principais da cidade. Em Peixoto de Azevedo, há seis lojas credenciadas (franqueadas) que possuem autorização para a compra de ouro e troca de moedas na vila garimpeira. Elas estão em contato direto com a cooperativa COOGAVEPE, com quem possuem acordos de compra e venda mediante apresentação da carteirinha de associado, e para quem recolhem uma parcela do ouro vendido como taxa de manutenção.

4.2.5 Ruas e espaços públicos

Peixoto de Azevedo foi originalmente estabelecida como um assentamento às margens da rodovia federal BR163. Dessa forma, a expansão da cidade foi feita a

partir de vias perpendiculares à rodovia em direção ao oeste. Ruas secundárias foram estabelecidas em ambos os lados da rodovia, e a Prefeitura foi construída no centro da cidade. Apesar de casos de ruas não asfaltadas, com problemas de buracos e lama, o centro da cidade é organizado e limpo. Os espaços públicos são ocupados pela população em trânsito e nos momentos de lazer.

4.2.6 Educação

Em 2015, segundo o levantamento do IBGE, havia um total de 7.169 alunos matriculados no ensino regular em Peixoto de Azevedo. Destes, 4.682 (65%) são alunos do Ensino Fundamental (4.430, ou 94% destes no Ensino Público); 1.566 (21,8%) do Ensino Médio (todos no Ensino Público); e 921 (12,8%) do Ensino Pré-escolar (826, ou 89,6% destes em escolas públicas). Dessa forma, o ensino público corresponde a 95% (6.812 matrículas) do ensino regular na cidade. De cerca de 31 mil pessoas residentes na cidade durante o último levantamento do IBGE, 23.453 (75,65%) eram alfabetizadas, o que indica que quase $\frac{1}{4}$ da população local não sabe ler ou escrever.

4.2.7 Saúde

Segundo os médicos entrevistados pela equipe de pesquisadores, pelo menos 30% dos pacientes atendidos no hospital regional de Peixoto de Azevedo são garimpeiros. Dos restantes, pelo menos 50% são parentes de segundo ou primeiro grau de outros garimpeiros. Entre as queixas mais frequentes registradas no hospital, estão os acidentes de trabalho ou no percurso ida-volta do trabalho e acidentes de trânsito (traumatologia). Outra questão preocupante de saúde pública, segundo os médicos, são os registros de diabetes e pressão alta, principalmente em pacientes do sexo feminino, e acima dos 60 anos. Mais detalhes sobre a saúde na sociedade Peixotense podem ser encontrados no Capítulo 7 SAÚDE E SEGURANÇA .

4.2.8 Religião

São várias as religiões com sedes e comunidades na cidade; dentre elas igrejas evangélicas, apostólica romana, luterana e centros espíritas. Segundo o levantamento

do IBGE, 19.297 pessoas (62%) se declararam como praticantes da religião Católica Apostólica Romana, enquanto 49 pessoas (0,15%) declararam-se praticantes da religião Espírita, e outros 7.176 (23,14%) declararam-se evangélicos. No garimpo, a presença de praticantes de correntes evangélicas é predominante, havendo apenas casos isolados de católicos apostólicos romanos.

4.3 Atores sociais nos diferentes espaços

Neste item, o leitor encontra a enumeração dos principais atores que desempenham papéis significativos na dinâmica socioeconômica do local deste estudo de caso. Em seguida, é feita uma descrição geral da população local e do perfil dos entrevistados. Mais detalhes sobre os papéis socioeconômicos desempenhados pelos atores podem ser encontrados nos subitens deste capítulo.

Dos entrevistados, 80% eram do sexo masculino e 20% do sexo feminino. Em Peixoto, não foram identificadas mulheres desempenhando funções como operários garimpeiros. Aquelas que desempenhavam funções no garimpo ocupavam posições como cozinheiras assalariadas – formal ou informalmente –, vendedoras de artigos de uso pessoal (roupas, artigos de higiene) e motoristas, que prestavam o serviço de traslado entre a frente de lavra e as cidades da região. As entrevistadas que não prestavam serviços diretamente no garimpo ocupavam posições diversas como funcionárias, comerciantes e prestadoras de serviço.

Conforme descrito no item 3.2, a maior parte dos entrevistados (42%) são Operários Garimpeiros que trabalham em baixões, poços e filões da região do Vale do Peixoto. A segunda maior parcela da amostragem é composta por comerciantes de todos os tipos (29%). Donos de máquinas correspondem a 17% e donos de terra a 11%. É importante ressaltar que alguns dos entrevistados (cerca de 20%) fazem parte de mais de um dos grupos, podendo ser donos de terra e máquinas, ou donos de máquinas e comerciantes, ou, ainda, donos de terra, membros de instituições e comerciantes.

Entre as justificativas expressadas pelos entrevistados para o assentamento na região, as mais comuns são a busca por uma forma de sustento – geralmente mencionada por migrantes vindos do Norte e Nordeste –, ou a oportunidade de abrir

o próprio negócio e prosperar financeiramente – comumente mencionada por migrantes vindos dos estados da região Sul. Há, ainda, exceções motivadas por aspirações pessoais de independência e distanciamento da família, ou a busca por aventura ainda durante a juventude.

4.3.1 Na extração (no baixão, na balsa, no filão)

- a) **Dono de Terra:** Na região de Peixoto de Azevedo, os donos de terra têm passados diversos. Boa parte veio do Paraná durante o período de assentamento de terras na região propulsado pelo governo Federal, com a construção da BR 163 e a contratação da empresa colonizadora para organizar a distribuição de terras na região. Outra parcela do grupo diz respeito a trabalhadores e prestadores de serviços, bem como profissionais liberais que chegaram à região nas décadas de 1980 e 1990 e acabaram comprando pedaços de terra nos arredores da, então, vila garimpeira, e descobrindo, mais tarde, que havia grandes quantidades de ouro a ser lavrado no subsolo.
- b) **Dono de Garimpo / Operação:** A categoria “dono de operação” ou “dono de garimpo”, refere-se à pessoa que lida uma unidade de atividade extrativista. Ela comporta perfis de operações pequenas, com 3 ou 4 garimpeiros porcentistas em operação, ou grandes frentes de lavra com centenas de hectares em exploração, com 30 ou 40 operários, entre porcentistas e assalariados. Aqui também são considerados os donos de balsas.
- c) **Garimpeiro sócio-porcentista:** Os garimpeiros da região de Peixoto são, em grande parte, advindos do Maranhão. As idades variam entre 18 e 60 anos, englobando perfis de garimpeiros que entraram na atividade por falta de opção, e outros que buscavam uma solução para enriquecimento rápido, quando comparado ao trabalho formal no comércio dos municípios brasileiros. Há, ainda, aqueles que entraram na atividade bastante jovens, por vezes menores de idade, e nunca aprenderam ou se adaptaram a outros ofícios. Atualmente, o perfil dos garimpeiros destoa dos retratos tradicionais que circulam na cultura

popular. Nesta região, são poucos, apesar de ainda existentes, os que gastam todo o dinheiro arrecadado da semana em festas, bebidas e mulheres na cidade, durante o período de folga. Boa parte dos garimpeiros entrevistados fazem investimentos em terrenos, automóveis, e outras possíveis fontes de renda para momentos em que o garimpo está fraco. No perfil sócio-porcentista também são considerados posições como gerente de garimpo, mergulhador na balsa, operador de PC (Retroescavadeira) e a cozinheira.

4.3.2 Na cidade

- a) Comerciantes e serviços locais: Falar de economia garimpeira é falar de comércio nas currutelas e cidades nas regiões garimpeiras. Em Peixoto há várias empresas que produzem diretamente para o setor mineral, como as fábricas de peças para moinhos e carcaças de motor. Igualmente, há casas comerciais que vendem motores, mangueiras e outras partes das operações mineiras.
- b) Compras de ouro: Há seis compras de ouro em Peixoto. Atualmente, os donos dos estabelecimentos e seus funcionários afirmam que os negócios vão bem, com uma pequena ressalva: A cada ano, dizem, diminui a quantidade de ouro vendida. Segundo os trabalhadores do ramo, isso acontece porque a própria produção tem caído progressivamente (P53). Há competitividade entre as compras de ouro. Contudo, as diferenças no preço pago no balcão dos estabelecimentos são pequenas. Por isso, afirmam os donos, o atendimento ao cliente é importante. Muitas vezes, os garimpeiros têm relações que duram anos e décadas em uma mesma compra de ouro. As lojas fazem empréstimos na base da confiança para quem precisa. Há casos de garimpeiros que, sem dinheiro para investir em máquinas novas, mas com a intenção de explorar uma nova área, fazem acordos com o dono de uma compra de ouro para o financiamento do maquinário. Dessa forma, o valor das parcelas vai sendo descontado diretamente da venda do ouro produzido no local. “Na base da amizade, o garimpeiro fica.” (P53).

c) Instituições: Cooperativa / Agentes do Governo / Organizações de apoio à mineração: Há, em Peixoto de Azevedo, duas cooperativas de garimpeiros: COOGAVEPE e COOMIPAZ. Ambas as sedes são localizadas na área central da cidade. Contudo, elas têm abrangências diferentes entre os garimpeiros e compras de ouro da região. No item 10.1 são discutidos, em mais detalhes, a história e o funcionamento de ambos. Neste momento, no contexto da listagem dos atores e grupamentos importantes na organização social, cultural e econômica, será apontada a posição de destaque das cooperativas no cenário da mineração contemporânea na região.

5 ECONOMIA LOCAL GARIMPEIRA DO VALE DO PEIXOTO

Conforme descrito no item 2, o município de Peixoto de Azevedo foi desenvolvido primeiramente como currutela e, mais tarde, vila e cidade; com a economia sempre centrada no garimpo de ouro na região. Mesmo após a crise do início dos anos 1990 e a queda no preço do ouro, a cidade – que havia perdido grande parte de sua população – foi sendo reaquecida ao longo dos anos, ainda com sua economia circulando em função da produção e venda do ouro extraído do subsolo da região.

Grande parte do comércio que existe em Peixoto ainda trabalha em função da exploração de ouro. Trata-se de fabricação e venda de peças, torneadoras, fornecimento de alimentos e outros artigos para os garimpos da região. Segundo o prefeito em exercício durante o trabalho de campo, Sinvaldo Santos Brito, cerca de 90% dos empregos formais na cidade existem em primeira ou segunda instância em função do garimpo. Trata-se de fornecimento direto de produtos para as frentes de trabalho, ou serviços secundários para servir às pessoas que trabalham neste fornecimento direto de produtos e serviços e suas famílias.

Dependente da comercialização de ouro, a vida econômica da cidade tem períodos de alta e queda na circulação de moeda que acompanham as altas e baixas do preço do Ouro. Quando o valor do ouro está alto, todo o dinheiro circula com mais rapidez e em maior volume na cidade. Quando há uma queda no valor do ouro, o comércio esfria. Boa parte da produção deixa de valer o investimento. Assim, parte dos trabalhadores são dispensados dos serviços que, informais como são, deixam os operários sem garantia de renda ou projeção para o futuro. Foi esta uma das causas do esvaziamento do município no início da década de 1990.

A prefeitura da cidade não possui registros específicos sobre a circulação em volume de compra e venda de Ouro em Peixoto de Azevedo. Contudo, dados levantados pela cooperativa indicam que segundo informações do Tesouro Nacional, em todo o ano de 2015 foram recolhidos R\$2.786.997,82 em IOF na venda do ouro na cidade de Peixoto de Azevedo. Pelos cálculos da cooperativa, isso significa que o município arrecadou 23 Kg de ouro (considerando 1g a 120 reais), o que equivale a 65% dos 1% do valor total da venda do ouro que são recolhidos em IOF. Dessa forma, pode-se concluir que a cidade comercializou legalmente cerca de 3.573.074,13

gramas de ouro (ou 3,5 toneladas) em 2015, ou uma média de 297 Kg por mês. Essas interpretações dos dados do Tesouro Nacional conflitam com o cálculo em 5.8.³

A cooperativa COOGAVEPE, que hoje conta com cerca de 5.000 associados na região, estima que o número de garimpeiros que possuem a carteirinha da organização e podem, portanto, vender o ouro legalmente (conectado a um PLG) na cidade não chegue a 80% do total de garimpeiros em exercício na área do Vale do Peixoto. Dessa maneira, é possível estimar que uma média de 893.268,23g podem estar sendo comercializadas de forma ilegal. Juntos, a produção documentada e a não documentada chegariam assim a 4.466.342,66 gramas (cerca de 4,5 toneladas) ao ano.

A economia de garimpo também tem um lado cultural que reflete a circulação de grandes quantias em dinheiro nas histórias dos moradores locais. Como exemplo, segue um trecho do registro da entrevista com um garimpeiro na casa dos 60 anos de idade que ilustra esta relação entre garimpeiros e dinheiro: “Nunca vi gente tão boa pra pagar como o garimpeiro, quando ele tá com ouro”, diz.

O trabalhador conta a história de um jantar durante o período de folga que ficou em sua memória. À época, foi a um restaurante com cerca de dez outros garimpeiros. Eles pediram o jantar e, como tinham dinheiro em espécie recém trocado na casa de compra de ouro, acabaram pagando com notas consideradas altas demais para o baixo valor da refeição. Então, ele conta a reação do dono do restaurante quando recebeu o dinheiro do pagamento: “E o cara disse ‘garimpeiro é mesmo bicho desaforado’, porque pagaram com notas muito altas,” conta, e ri do próprio caso. (P77).

Contudo, a análise dos dados coletados durante o campo aponta uma mudança na cultura do garimpo e no comportamento econômica dos atores envolvidos. Em contraste com a cultura garimpeira dos anos 1980, boa parte do ouro não é gasta imediatamente. Muitos garimpeiros têm adotado práticas de economia doméstica e

³ A contradição se explica pelo fato que a informação da COOGAVEPE confunde o valor da transferência de IOF-Ouro para o município com o valor do IOF-Ouro arrecadado no município. O valor da transferência para o município representa 70% do valor arrecadado no município. Desfazendo esse equívoco, o cálculo que se deve fazer para o município de Peixoto de Azevedo referente ao ano de 2015 é o seguinte: arrecadação de IOF-ouro R\$ 3.981.425,46, parcela transferida para o município (70%) R\$ 2.786.997,82. Esses valores correspondem a uma produção de ouro comercializada no município em torno de 3,3 toneladas em 2015, ou 276 kg / mês.

investimentos, conforme detalhado no item 5.3, na seção a seguir. Além disso, as operações de extração de ouro, em muitos casos, se tornaram empresas de pequeno e médio porte, funcionando sob regimes mistos de formalidade e informalidade.

5.1 Donos de terra

Os donos de terra na região de Peixoto de Azevedo recebem uma porcentagem que gira em torno de 10% da quantidade de ouro extraída de seu subsolo. Com frequência, o próprio dono da terra não tem interesse em investir em maquinário e nas licenças necessárias para o requerimento da permissão de lavra garimpeira e da permissão de operação por parte dos órgãos competentes. Dessa forma, eles deixam a gestão da área, bem como a responsabilidade ambiental a cargo do gerente de área. Estes 10% são livres de gastos ou responsabilidades na gestão da área. Isso significa que, para cada quilograma de ouro extraído, o dono da terra fica com 100g (equivalente a 12 mil reais, considerando a cotação do ouro a R\$120 o grama).

Para formalizar a distribuição desse valor ao dono da terra, ele assina um contrato com o gestor de área na cooperativa local. No contrato, fica explícita a responsabilidade do gestor de área em devolver o terreno já com o processo de recuperação ambiental ou de transformação da lavra em outra fonte de renda (pasto, fruticultura, piscicultura) iniciado. A percepção entre os operários garimpeiros, bem como entre os gestores de área e comerciantes da região é de que a figura do “dono de terra” é a posição aspirada por todos, uma vez que ela é acompanhada por muitos benefícios e poucas obrigações, quando se trata do usufruto das riquezas do subsolo. Todo o processo necessário para obtenção e renovação de permissão de lavra fica sob responsabilidade dos gestores.

5.2 Donos de garimpo

Quando a frente de lavra é de pequeno porte, com menos de 5 operários porcentistas, em geral, trata-se de um garimpeiro porcentista que guardou dinheiro de outras operações e investiu na compra de dragas e/ou retroescavadeiras para gerir o próprio garimpo. Nestes casos, o gestor é como o operário porcentista, mas ganhando uma porcentagem maior por ser o dono do equipamento (P74). Este tipo de produção

garimpeira foi identificado como *garimpo de subsistência*. Neste perfil, o volume produzido é pequeno, e a renda da produção raramente supera o valor necessário para manter o funcionamento do garimpo e pagar as contas básicas de subsistência. É o caso da família que trabalha 6 meses para produzir 80.000 Reais de ouro no terreno do sítio onde vive. Tirando todos os gastos, essa quantia se torna irrisória. Tomando a regra de 10% lucro, seriam apenas 8.000 reais de lucro, o que é insuficiente para se viver 6 meses (P79).

“Aqui tem muitas pessoas que têm uma draguinha só, e sobrevivem dela. Não têm caminhonete, pagam frete. (Pessoas) que não usam RET ou PC. Tem alguns fazendo repassagem. Trabalham em 3 ou 4 pessoas” (P77).

Nessas unidades de produção, pode acontecer de o dono da operação garimpeira não ter lucro. Contudo, os funcionários porcentistas sempre tiram pelo menos 800 reais por semana (P78).

O perfil *garimpo de subsistência* contrasta com o *garimpo empresarial*, que também existe na Vale do Rio Peixoto. O garimpo empresarial funciona em maior escala. Este tipo de operação envolve grandes investimentos e um número consideravelmente maior de operários. Muitas vezes, estas operações têm uma produção entre 500.000 mil e 1.000.000 de reais mensais, que será discutido no item 6.1.2. Muitos dos grandes empreendimentos no cenário garimpeiro atual pertencem a pessoas que chegaram ainda durante o primeiro ciclo de ouro, nos anos 1980. Estes garimpeiros acabaram quebrando nos anos 1990, durante a crise do ouro, e ficaram fora do setor por entre 10 e 15 anos; tendo voltado a trabalhar no garimpo a partir de 2005. Durante o hiato, os empreendedores trabalharam com madeira, gado ou soja no Vale do Rio Peixoto de Azevedo, ou em outras regiões em Mato Grosso ou Pará. Os empresários do ouro ainda continuam, em grande parte, com outros investimentos e fontes de renda. Muitos deles mantêm fazendas de gado ou pontos comerciais.

A partir do levantamento qualitativo, não é possível avaliar quantas frentes de trabalho caberiam em cada categoria (de subsistência e empresarial). Há, ainda, certa mobilidade entre as duas formas de garimpo, que depende, por exemplo, da riqueza das jazidas exploradas.

5.3 Garimpeiro sócio-porcentista

Trabalhar no garimpo tornou-se uma opção interessante para aqueles que procuram um salário melhor e um futuro próspero para suas famílias. Para fins de exemplo, é contada a história de um garimpeiro, que vivia em Tocantins. Filho de pais que não tinham condições financeiras para bancar seus estudos em nível superior, ele começou a trabalhar ainda jovem. Primeiramente em uma loja e, mais tarde, como operador em uma empresa de terraplanagem. Nesta última, ele recebia 1.500 reais. Continuou no emprego até ouvir de um vizinho as histórias sobre o garimpo. Ele fez um plano: pediu contas na empresa, foi ao Pará, trabalhar como ajudante de operador e sem ganhar muito dinheiro, mas interpretando o aprendizado como um investimento no futuro. Agora está na região, quase dez anos depois, com sua esposa e dois filhos pequenos, em Matupá, e ganha em média 4.500 reais por mês – três vezes o antigo salário.

“Arrisquei, né, mas sabia que dava: não sou tão burro assim e vontade de trabalhar, eu tenho.” (P48).

A frequência com que a equipe de pesquisadores se deparou com este perfil de garimpeiro investidor, preocupado com sua situação econômica no futuro, indica que a cultura garimpeira do bamburro e do gasto conspícuo em Peixoto já não é mais tão intensa quanto antigamente. Muitos dos operários entrevistados, principalmente aqueles entre 20 e 50 anos, constituíram famílias na cidade; voltando sempre que têm folga para passar tempo com os parentes. Dessa forma, a gestão do dinheiro arrecadado em uma semana de trabalho leva em consideração outros fatores além da diversão. Há contas para pagar, crianças para alimentar e negócios para prosperar. Durante o campo, a equipe observou um contraste entre o perfil dos operários garimpeiros em Peixoto de Azevedo e em Creporizão, local do primeiro estudo de caso do projeto. Em Peixoto, ao final do expediente em garimpos relativamente próximos da cidade, os operários entravam em seus carros – frequentemente modelo do ano, ou dos dois últimos anos – e se direcionavam à cidade, voltando para suas residências para passar tempo com a família. Nos garimpos mais afastados, o retorno ao lar dá-se ao final da exploração de uma “pista” (barranco, ou uma parcela do baixão). Nestes casos, os automóveis novos ou seminovos, sejam carros ou motocicletas, eram utilizados no retorno ao lar a cada 6 a 15 dias.

O papel dos operários garimpeiros é fundamental na circulação de moeda da economia local. É a porcentagem por eles vendida que gera boa parte da renda que circula nos comércios locais. Entre as justificativas para entrar no garimpo, os jovens entre 18 e 15 anos explicam que a perspectiva de salário nos empregos formais da cidade não condiz com a realidade dos gastos.

Durante o campo, um garimpeiro jovem, segunda geração de migrantes de Maranhão que cresceu em uma das cidades da Vale de Rio Peixoto de Azevedo, nos contou sua história. Ele havia começado a trabalhar em um filão próximo a Peixoto há cerca de um ano. Ainda era menor de idade; tinha 17 anos, e já tinha trabalhado em diversos ramos, como almoxarifado e frigorífico. Entrou no garimpo por opção, embora houvesse dito que “ninguém queria ser garimpeiro”; mas, como não estudou, diz, “as opções de trabalho são limitadas”. E, entre elas, “o que me agrada mais é isso”, afirma e continua:

“Porque (o trabalhador) pode ganhar muito dinheiro no garimpo. No outro serviço, você sabe que o salário é o mesmo. No garimpo da para tirar, em 1 mês, o que outros tiram em 1 ano.”

Atualmente, o plano do jovem é “juntar um dinheiro para viver melhor no futuro”.
(P24)

Entre um emprego fixo com garantias de FGTS e seguro-desemprego, com salário padrão de um ou dois salários-mínimos, e um emprego informal no garimpo sem garantia de renda ou quais quer benefícios formais, os jovens acabam optando pelo trabalho informal, mesmo sabendo da possibilidade de passar meses recebendo pouco ou quase nada de dinheiro, quando o garimpo está fraco. É comum, que os garimpeiros fiquem sem trabalho durante a época de chuva. Parte da região da Vale do Rio Peixoto fica alagada durante o período de chuvas e, durante 4 ou 5 meses, torna-se impossível a extração de ouro. Dessa forma, o minério extraído na outra parte do ano precisa ser reservado para sustentar o garimpeiro neste período. Uma alternativa a esse procedimento de reserva de lucro é a possibilidade de encontrar empregos em outras áreas durante essa época. Alguns garimpeiros entrevistados indicaram esse movimento como procedimento padrão, buscando trabalho (geralmente informal) na pecuária ou lavoura da região.

5.4 Cozinheiras

Todas as cozinheiras entrevistadas pela equipe de pesquisadores trabalham com salários fixos no garimpo – não necessariamente registrados sob regime CLT. O fator de atração dessa atividade é o mesmo que para os operários garimpeiros; a renda. Duas vezes mais alta que em um comércio formal local, a renda da cozinheira ainda é consideravelmente menor que a dos porcentistas. As trabalhadoras têm passados diversos, em geral com certo sofrimento em vida familiar ou econômica, antes de chegarem ao emprego no garimpo. Nem todas apresentam experiências prévias como cozinheiras, mas é comum o perfil de mulheres que interpretam o dia a dia como uma batalha. Enquanto algumas cozinheiras acompanham os maridos no garimpo, podendo dessa forma viverem juntos, outras cumprem o papel de chefe de família; passam a semana no garimpo e visitam suas residências – filhos, marido, parentes – aos domingos. Quando vivem mais distante, têm períodos de ausência e intervalos de folga mais longos.

Além da renda, as mulheres indicam também o fato de gostarem do trabalho porque ele lhes permite certa independência. Segundo as trabalhadoras, a cozinha é “delas” e, embora o serviço possa ser pesado, é bom porque elas mesmas decidem como organizar o trabalho. A comparação com outros empregos como o trabalho doméstico, em casa de família, é frequente. Nessa comparação, o garimpo é mais vantajoso, pois, nas palavras de uma cozinheira: “aqui ninguém manda em mim.” (P19)

5.5 Compras de ouro

As compras de ouro têm um papel fundamental na organização da economia local. Só quem está cadastrado na compra de ouro com prova de LPG e LO para garimpar ouro tem permissão legal para vendê-lo. Para os clientes cadastrados, a compra de ouro também funciona como agência de contabilidade, emitindo as notas fiscais da venda e registrando as vendas do cliente. Além disso, a compra de ouro desconta o 1% de IOF na hora da venda, imposto que é repassado para a união.

Além de fazerem o papel da conversão do produto bruto (ouro) em moeda, elas recolhem 0,5% de todo o ouro que entra na compra para a manutenção da

Cooperativa COOGAVEPE, responsável por boa parte dos avanços na organização do garimpo na região de Peixoto de Azevedo. A obrigatoriedade da apresentação da carteira de associado à cooperativa na hora da venda do ouro cria uma ligação entre a cooperativa, as compras de ouro e os garimpeiros, que forma um circuito funcional em que, sem uma das partes, o ciclo se quebra e o sistema econômico local entra em colapso.

Apesar de não estarem vinculadas formalmente aos órgãos regulatórios da atividade garimpeira, as compras de ouro acabam fazendo o papel de fiscalizadoras, já que precisam manter um registro detalhado do histórico dos garimpeiros, bem como da procedência do material vendido na loja.

“A pessoa que vende o ouro é quem diz de onde vem o ouro. Temos que confiar neles, nos baseando na carteirinha e nas PLGs.” (P53).

O sistema também pode ser acessado pela cooperativa. Dessa forma, as compras de ouro e a cooperativa estabeleceram uma forma de parceria para manutenção do funcionamento deste circuito de funcionamento econômico.

Durante as visitas às operações de balsas no Rio Peixoto de Azevedo, a equipe de pesquisadores foi informada por trabalhadores a respeito o processo de venda do ouro garimpado no rio. Como as balsas não têm a Licença para operar no Rio Peixoto de Azevedo, os trabalhadores utilizam licenças de operação emitidas para regiões nas proximidades de Alta Floresta. Dessa forma, conseguem burlar o sistema de licenciamento por área, vendendo ouro de áreas sem a devida Licença de Operação (LO).

5.6 Comercio local

Nas casas comerciais, os gestores de garimpos geralmente compram na base do crédito. As empresas vendam por crediário. Os consumidores antigos são registrados na loja. Na hora de uma compra, os vendedores consultam o histórico do garimpeiro para fazer novas compras no crediário. Garimpeiros novos não podem entrar no crediário. Numa das lojas mais conhecidas, trabalham quase 20

funcionários. O estabelecimento, este ano, já atingiu uma movimentação de meio milhão de reais em um mês, o que daria em torno de 6 milhões ao ano (P85).

Os postos de combustível têm um papel fundamental na manutenção do sistema econômico local. Em um dos estabelecimentos pesquisados, o gerente informou que cerca de 60% do óleo comercializado vai para o garimpo. “O resto é consumo da cidade, mesmo”, explica.

“A comercialização é a mesma em termos de procedimento. Só deste posto vai mais ou menos 400 mil litros por mês para o garimpo. Os garimpeiros têm transporte próprio e buscam o diesel em tambores ou containers, nas carroças de caminhões e camionetes.” (P80).

Nas áreas de trabalho dos garimpeiro-empresários maiores, com um consumo muito grande, o óleo é armazenado em tanques próprios, no local de trabalho. Estes exemplos indicam que a economia local ainda tem como foco principal a atividade garimpeira.

5.7 Cooperativas

A sede da COOGAVEPE no centro de Peixoto de Azevedo reúne grande número de serviços à comunidade garimpeira, como reuniões de explicação e treinamento, ajuda com os documentos para licenciamento, e um viveiro com mudas para fazer o reflorestamento das terras garimpadas. Para os garimpeiros, a cooperativa é fonte de informação. Além disso, ela é também a porta voz em relação à comunidade.

Desde 2008, ano de fundação da COOGAVEPE e do início do trabalho de conscientização e legalização dos garimpos da região, o IOF-Ouro recolhido da compra legalizada de ouro na região subiu de R\$25.293.738,5 para R\$428.768.895, trazendo Peixoto de Azevedo da 6ª posição para a 2ª posição no ranking de arrecadação anual, segundo informações do Tesouro Nacional. Isso significa que a venda legalizada em 2015, quando comparada aos dados de 2007, foi cerca de 17 vezes maior, subindo de 210.781,15g, em 2007, para 3.573.074,13g, em 2015. Enquanto isso, a produção de Itaituba – o município com a maior produção no Brasil tanto em 2007 quanto em 2015 - aumentou cinco vezes conforme indicado na Tabela 9.

Tabela 9 – IOF-Ouro recebido pelo município, municípios com maior produção do Brasil em 2015 e 2007

Município	Ano	IOF-ouro (R\$)
Itaituba (PA)	2015	4.499.888,19
Peixoto de Azevedo (MT)	2015	2.786.997,82
Itaituba (PA)	2007	894.568,66
Poconé (MT)	2007	281.039,25
Oiapoque (AP)	2007	254.814,80
Porto Velho (RO)	2007	193.601,64
Rio de Janeiro (RJ)	2007	183.257,08
Peixoto de Azevedo (MT)	2007	164.409,30

Fonte: Tesouro Nacional

As cooperativas são importantes em outra parte da economia garimpeira. Elas se tornaram os principais atores no licenciamento do garimpo, como apontado no item 2.4 em que foram apresentados os dados sobre requerimento e permissão de lavra garimpeira.

5.8 Arrecadação municipal

A produção mineral declarada gerou, no período de 2010 a 2016, uma Contribuição Financeiro sobre e Extração Mineral (CFEM) no valor de 4,873 milhões de reais. A maior contribuição dessa arrecadação veio da extração de ouro, que foi responsável por 85% desse valor. Outra substância com uma produção significativa foi o granito.

A arrecadação de CFEM referente à extração de ouro aumentou quase doze vezes entre 2010 (R\$ 128.011) e 2016 (R\$ 1.493.312). Esse aumento se deve, sobretudo, à produção oriunda do município de Peixoto de Azevedo, que é responsável por 81% do CFEM arrecadado em função da extração de ouro e cuja arrecadação aumentou 10 vezes no período em análise.

Considerando um preço médio de R\$ 120 por grama de ouro, e partindo de uma alíquota de CFEM de 1%, a arrecadação declarada de 2016 corresponde a uma produção em torno de 1,22 toneladas de ouro na microrregião de Colíder. A produção acumulada entre 2010 e 2016 gira em torno de 3,5 toneladas de ouro, sendo que 2,8 toneladas dessa quantia foram comercializadas em Peixoto de Azevedo.

Tabela 10 – Arrecadação de CFEM por substância (Colíder, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte), 2010a 2016 (R\$)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Areia	1.443	1.694	5.682	5.862	3.594	1.150	1.419	20.843
Argila	-	-	-	25.856	16.059	10.140	7.962	60.018
Brita de granito	-	-	54.921	17.293	48.682	36.499	15.039	172.434
Cascalho	-	-	-	9.456	10.158	-	-	19.614
Granito	32.710	23.717	29.193	42.043	48.465	110.510	165.613	452.252
Minério de ouro	31.112	958	3.744	4.785	104.296	293.597	464.002	902.493
Ouro	59.756	97.104	227.919	81.757	216.061	711.209	1.029.224	2.423.029
Ouro nativo	37.143	82.550	282.111	390.641	29.361	-	86	821.892
TOTAL	162.164	206.023	603570	577.693	476.675	1163105	1.683.344	4.872.574

Fonte: DNPM

Tabela 11 – Arrecadação CFEM por município, 2010 a 2016 (R\$)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Colíder	9.914	8.391	15.992	40.373	32.165	13.202	15.174
Guarantã do Norte	956	958	4.530	69.293	10.158	-	6.253
Matupá	28.914	26.288	95.130	47.414	105.393	101.507	121.736
Nova Canaã do Norte	1.009	-	107	4.617	4.576	1.108	5.314
Nova Guarita	-	-	807	7.814	4.757	49.504	61.273
Novo Mundo	-	6.279	7.476	4.465	15.913	58.544	82.376
Peixoto de Azevedo	117.333	166.008	477.577	374.578	266.654	786.681	1.190.530
Terra Nova do Norte	24.143	22.847	31.475	37.700	54.334	177.554	265.009
TOTAL	182.270	230.772	633.093	586.254	493.951	1.188.100	1.747.665

Fonte: DNPM

A venda de ouro como ativo financeiro para pessoa jurídica integrante do sistema financeiro brasileiro gera a cobrança do IOF-Ouro (CF'88 art.153, inciso V, parágrafo 5, e Lei 7.766 de 11/05/1989). A alíquota vigente do IOF-Ouro é de 1%. O valor arrecadado pela União é integralmente devolvido para a unidade federativa e o município de origem do ouro comprado. A distribuição obedece a uma divisão que destina 30% para a Unidade da Federação e 70% para o município produtor.

As transferências de IOF-Ouro feitas pelo Tesouro Nacional para os municípios permitem uma estimativa sobre o volume de ouro comprado como ativo financeiro nesses municípios. A Tabela 12 mostra esses cálculos para os municípios da MR Colíder.

Tabela 12 – MR Colíder – Estimada do volume de ouro comercializado (por município, 2010 – 2016)

Município	Ano	Transferência IOF-Ouro (R\$)	IOF-ouro arrecadado (R\$)	Valor do ouro comercializado (R\$)*	Volume ouro comercializado (kg)
Matupá	2.010	103.231,88	147.474,11	14.747.411,43	122,90
	2.011	132.726,30	189.609,00	18.960.900,00	158,01
	2.012	163.065,56	232.950,80	23.295.080,00	194,13
	2.013	104.531,74	149.331,06	14.933.105,71	124,44
	2.014	195.088,15	278.697,36	27.869.735,71	232,25
	2.015	213.940,01	305.628,59	30.562.858,57	254,69
	2.016	379.491,66	542.130,94	54.213.094,29	451,78
Colíder	2.010	-			
	2.011	-			
	2.012	-			
	2.013	-			
	2.014	269,04	384,34	38.434,29	0,32
	2.015	767,48	1.096,40	109.640,00	0,91
	2.016	1.553,62	2.219,46	221.945,71	1,85
Novo Mundo	2.010	-			
	2.011	1.564,48	2.234,97	223.497,14	1,86
	2.012	28.809,09	41.155,84	4.115.584,29	34,30
	2.013	23.986,03	34.265,76	3.426.575,71	28,55
	2.014	61.870,60	88.386,57	8.838.657,14	73,66
	2.015	196.196,56	280.280,80	28.028.080,00	233,57
	2.016	299.047,78	427.211,11	42.721.111,43	356,01
Nova Guarita	2.010	-			
	2.011	-			
	2.012	6.279,43	8.970,61	897.061,43	7,48

	2.013	22.363,67	31.948,10	3.194.810,00	26,62
	2.014	29.797,22	42.567,46	4.256.745,71	35,47
	2.015	166.662,13	238.088,76	23.808.875,71	198,41
	2.016	217.678,76	310.969,66	31.096.965,71	259,14
Guarantã do Norte	2.010	3.390,82	4.844,03	484.402,86	4,04
	2.011	360,58	515,11	51.511,43	0,43
	2.012	2.970,22	4.243,17	424.317,14	3,54
	2.013	195.240,33	278.914,76	27.891.475,71	232,43
	2.014	-			
	2.015	-			
	2.016	426,13	608,76	60.875,71	0,51
Peixoto de Azevedo	2.010	242.133,98	345.905,69	34.590.568,57	288,25
	2.011	625.541,81	893.631,16	89.363.115,71	744,69
	2.012	1.752.782,02	2.503.974,31	250.397.431,43	2.086,65
	2.013	1.294.803,43	1.849.719,19	184.971.918,57	1.541,43
	2.014	932.546,00	1.332.208,57	133.220.857,14	1.110,17
	2.015	2.786.997,82	3.981.425,46	398.142.545,71	3.317,85
	2.016	4.548.271,70	6.497.531,00	649.753.100,00	5.414,61
Nova Canãa do Norte	2.010	3.693,58	5.276,54	527.654,29	4,40
	2.011	38,64	55,20	5.520,00	0,05
	2.012	4.079,57	5.827,96	582.795,71	4,86
	2.013	19.073,01	27.247,16	2.724.715,71	22,71
	2.014	17.366,00	24.808,57	2.480.857,14	20,67
	2.015	3.148,13	4.497,33	449.732,86	3,75
	2.016	20.537,91	29.339,87	2.933.987,14	24,45
Terra Nova do Norte	2.010	-			
	2.011	10.969,15	15.670,21	1.567.021,43	13,06
	2.012	49.740,56	71.057,94	7.105.794,29	59,21
	2.013	23.229,79	33.185,41	3.318.541,43	27,65
	2.014	67.653,11	96.647,30	9.664.730,00	80,54
	2.015	235.472,90	336.389,86	33.638.985,71	280,32
	2.016	389.681,24	556.687,49	55.668.748,57	463,91

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Cálculos próprios. Nota: * cálculo baseado em um preço de ouro de R\$120/grama.

5.9 Mercado de trabalho na região

Conforme dados do último censo, as taxas de atividade nos municípios em análise são maiores do que a média brasileira e, excluindo Nova Canaã do Norte e Nova Guarita, também são superiores às apresentadas no estado de Mato Grosso. Com exceção da Nova Canaã do Norte e Peixoto de Azevedo, as taxas de atividade

nos municípios em análise aumentaram entre 2000 e 2010. A tendência descrita é confirmada pelos números da taxa de desocupação que, salvo Nova Canaã do Norte, reduziu no mesmo período atingindo valores abaixo da média brasileira e mato-grossense.

No entanto, os dados sobre o grau de atividade ou de desocupação não são suficientes para desenhar uma imagem fiel do mercado de trabalho. O que chama atenção nos dados da Tabela 13 são as altas taxas de ocupação sem rendimento. Em 2010, todos os municípios superam a média nacional e estadual. Peixoto de Azevedo apresenta o maior número de ocupados sem rendimento na população com 18 anos ou mais.

Tabela 13 – Trabalho - Taxa de atividade, taxa de desocupação, ocupações sem rendimento (% da população com 18 anos ou mais)

	Taxa de atividade		Taxa de desocupação		% dos ocupados sem rendimento	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Colíder	64,62	70,35	6,61	4,85	5,98	7,95
Guarantã do Norte	63,88	72,42	7,28	5,53	4,43	10,5
Matupá	67,09	72,61	8,73	4,82	7,30	7,18
Nova Canaã do Norte	69,85	68,66	2,32	5,33	11,33	13
Nova Guarita	62,43	67,01	8,22	4,97	14,54	10,7
Novo Mundo	62,55	70,68	5,84	2,73	9,74	9,43
Peixoto de Azevedo	71,88	70,44	14,32	5,77	7,83	15,3
Terra Nova do Norte	60,72	77,85	7,13	3,16	11,49	17,3
Mato Grosso	68,19	70,23	10,63	5,75	4,32	4,79
Brasil	65,69	66,54	13,82	7,29	6,15	5,58

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

Tabela 14 – Trabalho - Formas de inserção no mercado de trabalho 2000, 2010 (% da população com 18 anos ou mais)

	% de empregados com carteira		% de empregados sem carteira		% de trabalhadores por conta própria	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Colíder	22,14	38,19	27,03	23,63	31,86	23,1
Guarantã do Norte	18,09	30,43	30,11	22,87	38,79	28,82
Matupá	20,52	31,09	30,99	29,52	33,66	20,34
Nova Canaã do Norte	11,17	24,47	25,28	22,71	45,16	30,51
Nova Guarita	10,30	8,99	27,28	31,80	40,08	37,17

Novo Mundo	6,79	13,82	25,71	24,42	47,07	46,85
Peixoto de Azevedo	12,00	22,08	38,86	30,50	31,90	26,78
Terra Nova do Norte	18,80	17,07	25,82	22,63	35,56	36,86
Mato Grosso	30,28	43,03	27,93	20,45	5,71	22,24
Brasil	38,02	46,47	22,40	19,33	24,48	21,73

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

A inserção da força de trabalho no mercado de trabalho na região acontece, em geral, de forma precária. Em todos os municípios analisados, a parcela dos empregados com carteira assinada é inferior à média nacional e estadual. Os valores oscilam entre 9% (Nova Guarita) e 38,2% (Colíder). Por outro lado, o emprego sem carteira assinada é mais comum do que na média nacional brasileira. Os municípios com as maiores taxas de emprego sem carteira assinada são Matupá (29,5%), Nova Guarita (31,8%) e Peixoto de Azevedo (30,5%). O trabalho por conta próprio é a forma de inserção no mercado de trabalho mais comum nos municípios de Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Novo Mundo e Terra Nova do Norte.

A importância do setor extrativa mineral como lugar de ocupação é proeminente no município de Peixoto de Azevedo, onde 7,7% dos ocupados atuam nessa atividade. Em todos os municípios analisados, com exceção de Colíder e Nova Canaã do Norte, o setor extrativo mineral tem um peso maior na oferta de ocupações do que na média do estado ou na média brasileira. Peixoto de Azevedo é o município com a menor parcela de trabalhadores atuando no setor público, somente 4,7; valor abaixo da média nacional e estadual.

Tabela 15 – Trabalho - Setor extrativo mineral e setor público (% da população com 18 anos ou mais)

	% dos ocupados no setor extrativo mineral		% de trabalhadores do setor público	
	2000	2010	2000	2010
Colíder	0,25	0,48	8,80	6,28
Guarantã do Norte	0,82	0,68	5,68	7,48
Matupá	1,82	2,51	3,93	7,66
Nova Canaã do Norte	--	0,39	6,04	8,74
Nova Guarita	0,58	0,87	7,13	9,57
Novo Mundo	0,79	0,86	7,07	7,13
Peixoto de Azevedo	6,35	7,69	6,20	4,66
Terra Nova do Norte	0,83	0,35	5,98	6,36

Mato Grosso	0,85	0,62	8,21	7,97
Brasil	0,36	0,48	5,96	5,61

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

O rendimento médio dos ocupados com idade de 18 anos ou mais foi de R\$1.296 conforme dados do Censo de 2010. No estado de Mato Grosso, esse valor superou a média nacional, alcançando um patamar de R\$ 1.325. No entanto, os municípios em análise não atingiram esses valores. Em 2010 os rendimentos ficaram em uma faixa entre R\$863 (Novo Mundo) e R\$ 1.273 (Colíder). Peixoto de Azevedo (R\$ 1.139) ocupa uma posição média no ranking dos municípios.

Analisando o desenvolvimento da estrutura dos rendimentos, no período de 2000 a 2010, fica evidente que houve uma melhoria nos ganhos. A faixa salarial de até um salário mínimo, que abarcou em 2000 entre 40% e 57% dos ocupados com rendimentos, diminuiu em 2010 em todos os municípios, embora nenhum tenha conseguido baixar ao nível da média do estado de Mato Grosso. Por outro lado, a parcela dos ocupados que recebem até dois salários mínimos não acompanhou essa redução entre 2000 e 2010. Enquanto, em 2000, cerca de 80% dos ocupados receberam até dois salários mínimos, em 2010 o número baixou para uma média de 76% e ficou novamente acima da média brasileira (70%) e mato-grossense (66%).

Tabela 16 – Estrutura dos rendimentos 2000, 2010 (em salário mínimo)

Lugar	Até 1 SM		1 SM <= 2 SM		2 SM <= 3 SM		3 SM <= 5 SM	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Colíder	46,7	20,8	32,0	51,5	7,0	12,6	7	8,4
Guarantã do Norte	41,3	25,8	34,7	46,7	6,5	12,8	9,4	8,5
Matupá	40,8	25,1	36,9	45,5	6,4	14,5	7,7	7,8
Nova Canaã do Norte	57,3	33,8	28,1	44,1	5,4	11,1	4,4	6,1
Nova Guarita	49,9	42,1	34,3	34,5	6,0	10,5	5,4	9,1
Novo Mundo	49,3	37,5	32,1	45,2	6,7	8,3	7,9	5,6
Peixoto de Azevedo	51,2	40,4	31,3	40,3	5,4	10,1	6,1	5,8
Terra Nova do Norte	52,7	39,0	32,3	39,2	5,5	10,6	6,1	6,3
Mato Grosso	39,8	16,4	33,8	49,8	8,7	14,7	9	9,8
Brasil	43,9	21,9	28,6	47,7	8,2	12,1	9,6	8,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil

O setor extrativo mineral perdeu na microrregião de Colíder, entre janeiro de 2010 e dezembro 2016, um terço (45) dos seus empregos formais, restando no início do ano de 2017 somente 90 empregos formais distribuídos em 38 estabelecimentos. Esse desempenho foi bem distinto do conjunto das atividades econômicas que, no mesmo período, aumentou o número de empregos formais em 2.901. Assim, na microrregião, existia no início de 2017 um total de 18.126 empregos formais, distribuídos em 6.323 estabelecimentos.

O salário médio no setor extrativo mineral do município de Peixoto de Azevedo foi de R\$ 2.139 (em 31/12/2015), consideravelmente inferior aos salários pagos em Matupá (R\$3.033) e Terra Nova (R\$2.879). Em todos os municípios, há uma diferença grande entre os salários pagos a homens e mulheres, que recebem, em média, entre 50% e 60% dos valores dos homens.

Tabela 17 – Empregos formais e estabelecimento – todos as atividades e extração mineral em 01/01/2017

	Setor Extrativo Mineral		Todos os setores	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Colíder	6	4	612	5.882
Guarantã do Norte	8	9	1.567	3.526
Matupá	6	13	810	3.008
Nova Canaã do Norte	2	1	443	1.918
Nova Guarita			217	327
Novo Mundo	1		390	638
Peixoto de Azevedo	10	37	731	1.787
Terra Nova do Norte	6	26	548	1.040
TOTAL	39	90	5.318	18.126

Fonte: Ministério de Trabalho, CAGED

6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO VALE DO PEIXOTO

A organização do trabalho no garimpo da região de Peixoto de Azevedo toma diferentes formatos, dependendo do tipo de operação e do processo necessário para a extração do minério.

6.1 Organização do trabalho no baixão

As frentes de lavra em cava aberta – conhecidas como baixão, ou pista em Peixoto – têm configurações similares na região de Peixoto de Azevedo, podendo variar em tamanho e escala operacional. Enquanto há casos de baixões sendo explorados com apenas de 3 a 5 garimpeiros, há operações em espaços maiores que contam com a mão de obra de 40 a 60 pessoas, entre garimpeiros, cozinheiras, assistentes, diaristas e operadores de máquinas. Nestas últimas, as pistas são exploradas simultaneamente, com múltiplas equipes designadas.

6.1.1 Operação

Para cada draga de 8 polegadas, há 5 a 6 garimpeiros encarregados das posições de operador de maraca, operador de jato, auxiliar de operação, e operadores de máquinas (Retroescavadeira e trator). Há casos de frentes de lavra em que uma pista é trabalhada simultaneamente por 3 dragas; computando, portanto, cerca de 15 a 18 pessoas na operação. Com esta escala, a pista é trabalhada em apenas 3 dias, tendo o auxílio de duas retroescavadeiras e um trator. Após a exploração, os garimpeiros têm cerca de 2 a 3 dias de folga, enquanto os operadores de retroescavadeira e trator recompõem o nivelamento da pista com a terra que é retirada do próximo barranco a ser explorado, geralmente localizado logo ao lado da pista que foi finalizada.

Em outras operações, a equipe observou pistas sendo trabalhadas com uma ou duas dragas de 6 polegadas, também com equipes de 4 a 6 pessoas por draga. Nestes casos, as pistas levam um pouco mais de tempo para serem lavradas (entre 5 e 10 dias).

Há, ainda, casos de barrancos sendo explorados em operações de pequena escala, com 3 a 4 pessoas e dragas de 4 polegadas, que podem levar até um mês de exploração.

6.1.2 Distribuição de lucros

A distribuição dos resultados da produção nos baixões é feita sob o regime de parceria. Os garimpeiros operadores são interpretados como sócios, que investem a mão de obra na operação e, em troca, recebem porcentagens da produção aurífera. De uma forma geral, os garimpeiros porcentistas recebem de 1% a 2% da produção, dependendo do acordo firmado com o gestor de área. Há casos de grupos de 10 operadores trabalhando sob o regime distribuição de 10% da produção entre eles, e há casos de grupos de 5 garimpeiros que dividem os mesmos 10% do ouro extraído do barranco.

Operadores de máquinas retroescavadeiras ou tratores ganham por hora trabalhada (cerca de R\$25,00/hora até R\$35,00/hora) ou – menos comum – recebem um salário mensal. O regime de salário também depende do acordo firmado entre os operadores e o gestor de área. Os operadores trabalham muitas horas por dia, enquanto houver luz. Assim, podem chegar a rendas mensais de até R\$8.000 por mês. Como as máquinas também tendem a quebrar com frequência, a manutenção do equipamento configura um empecilho para atingir salários ainda mais altos, já que significa um intervalo no serviço para que sejam efetuados reparos.

Cozinheiras geralmente são pagas com um salário mensal. O valor gira em torno de R\$1.500,00 a R\$1.700,00 reais/mês, com folgas aos domingos, ou uma vez por semana. Uma das cozinheiras entrevistadas pela equipe de pesquisadores contou que recebia em ouro a quantia de 30 grama ao mês quando trabalhava em Tapajós. Porém, era muito distante da família e num lugar muito isolado. Para ela isso não compensava. Agora ela estava trabalhando para um salário que era a metade, mas com mais conforto e perto dos filhos (nº5).

A figura do gerente do garimpo é menos presente nas frentes de lavra em baixão na região de Peixoto. Com frequência, o gerente é o próprio gestor de área. Por vezes, quando há a figura do gerente de área, o encarregado da operação recebe uma

porcentagem além dos 10% divididos com os garimpeiros. Este extra gira em torno de 1%.

A posição de dono da terra na região de Peixoto, conforme descrito anteriormente no item 0, é a posição mais almejada entre os trabalhadores do garimpo. Este, tradicionalmente, recebe 10% do ouro extraído da pista. Contudo, há casos de donos de terra cujos acordos os permitem receber 15% da produção. Para o dono de terra, não há gastos envolvidos na operação além dos impostos pagos ao governo no momento da venda do ouro.

Tradicionalmente, considera-se que 90% da produção de ouro é usada para pagar os custos da operação. Dessa forma, sendo 15% pago aos garimpeiros, e outros 10% a 15% pagos ao dono da terra, creca de 70% do ouro produzido é usado para bancar custos como óleo diesel para a operação das máquinas, as horas trabalhadas por operadores, os salários das cozinheiras, a manutenção do acampamento (comida, higiene, espaço) e demais gastos com substituição de peças e conserto de máquinas.

Segundo gestores de área, apenas 10% é, de fato, considerado lucro. Dessa maneira, uma operação média visitada pela equipe de pesquisadores na região de Peixoto é descrita na Tabela 18 de forma a exemplificar a divisão de lucros no garimpo.

Tabela 18 – Planilha conforme exemplificada por um dono de garimpo

GARIMPO 1	Parcela da Produção	Valor por dia (R\$)	Observação	Valor por pessoa (R\$), por mês = 15 dias produtivos
Produção por dia	0,530 quilo de ouro	64.000,00	3 dragas 8 polegadas	960.000,00
Dono da terra	10%	6.400,00	Arrendamento	96.000,00
Dono do garimpo	90%	57.600,00		864.000,00
Peões Garimpeiros	15%	9.600,00	18,533 cada	8.000,00
Cozinheira	R\$ 1.700,00			1.700,00
Operador de PC	R\$ 35/hora	420,00	12 horas por dia	6.300,00
Manutenção/ Acampamento		Não especificado	Comida, energia, SkyTV	
3 máquinas + 2 PCq RET e 2 tratores	25l diesel/hora e 500l/dia na RET	3.000,00		

Fonte: Elaborado pelos autores

6.1.3 Regime de trabalho

Gestores de área entrevistados na região de Peixoto se queixam com frequência do formato do regime de trabalho preferido pelos operários. Apesar de alguns gestores já terem proposto o regime CLT aos porcentistas, a ideia não é bem aceita entre os garimpeiros, que preferem continuar no regime de sociedade porcentista.

Apesar da instabilidade salarial e da grande variação semanal de lucro, os garimpeiros preferem não aderir ao regime CLT. Alguns explicam que o regime porcentista permite maior liberdade de operação, além de possibilitar uma maior margem de lucros, enquanto o regime CLT, apesar de trazer benefícios como seguro desemprego e INSS, traria um salário fixo abaixo do que eles esperam receber ao final do mês. Além disso, o regime CLT significaria mais obrigações para o empregado, e, portanto, menos liberdade para o garimpeiro de mudar de frente de trabalho e folgar no momento desejado (nº4; nº59).

O regime CLT está presente nos contratos de algumas das cozinheiras dos garimpos de Peixoto de Azevedo. Há casos de garimpeiros que, tendo montado uma empresa e tendo um CNPJ, contratam as cozinheiras sob regimes de dois salários mínimos registrados na carteira de trabalho. Contudo, essa ainda não é a forma mais frequente de contratação.

Apesar de a rotatividade de trabalhadores nos garimpos de Peixoto de Azevedo ser baixa, quando em comparação com garimpos na região da Reserva de Tapajós, ainda há a circulação de pessoas. Dessa forma, contratos informais geralmente firmados apenas de forma verbal são ainda comuns entre os gestores de área e as cozinheiras. Sob esta configuração, a cozinheira não tem participação nos lucros semanais ou mensais do baixão.

Os contratos entre trabalhadores e o gestor de área geralmente são feitos de forma verbal. Já os contratos entre gestor de área e dono da terra são mediados pela cooperativa e feitos de forma escrita.

6.1.4 Infraestrutura

Os acessos até os garimpos da região de Peixoto são feitos por meio de estradas de terra. Na época de chuva, o acesso fica mais complicado devido à grande

quantidade de lama que se acumula nas estradas. Contudo, durante as épocas de chuva, são poucos os garimpos que permanecem em funcionamento, uma vez que os baixões enchem de água. Para retirar a água do baixão e dar início às operações, são necessárias muitas horas do uso de dragas de sucção, o que torna a operação financeiramente inviável.

6.2 Organização do trabalho no rio

A extração de ouro no Rio Peixoto de Azevedo é feita principalmente a partir de balsas de pequeno porte. Durante a visita de campo, também foram observados outros tipos de operação, como o “chupão”. O chupão é uma simples construção flutuante, operada por apenas uma pessoa. Com uma mangueira manobrada de cima da balsa, a máquina suga o material do leito do rio. O material sugado é jogado em cima de uma caneleta coberta com carpete, como nas outras operações. Devido ao seu potencial nocivo ao rio, o trabalho com este tipo de operação não é permitido. Dessa forma, sem a licença ambiental, também se torna impossível adquirir uma Licença operacional.

É importante ressaltar que, apesar de parte das balsas visitadas pela equipe de pesquisadores apresentarem a Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), elas não possuem Licenças Operacionais (LO), o que torna a extração irregular.

6.2.1 Operação

A operação de extração nas balsas é feita em grupos de 3 a 6 pessoas. O grupo conta com mergulhadores, operadores de máquina e de oxigênio e uma cozinheira. Em geral, não há trabalhadores que desempenham apenas funções específicas. Nas balsas, os trabalhadores do sexo masculino desempenham todas as funções necessárias. No caso de garimpeiros mais velhos, estes são poupados do mergulho na medida do possível, ficando a árdua tarefa sob incumbência dos mais jovens.

6.2.2 Distribuição de lucros

Da mesma forma como são organizados os contratos verbais no baixão, a remuneração na balsa é feita em forma de participação na produção. Os trabalhadores

ficam com 40% do ouro extraído, independentemente da quantidade de operários. Portanto, havendo apenas dois, cada um fica com 20%. Havendo 4, cada um fica com 10% do ouro extraído. O dono da estrutura fica com os outros 60%, de onde sai, ainda, o salário da cozinheira (cerca de 30g/mês) e os gastos operacionais como óleo diesel para manter o funcionamento da máquina, oxigênio, conserto e manutenção de equipamentos.

A produção das balsas no Rio Peixoto de Azevedo, apesar de ter custos mais baixos que as operações em baixão, também produz quantidades menores de ouro. Segundo o dono de uma das balsas visitadas, a maior quantidade de ouro encontrada nos últimos 6 meses foi 27,5 gramas em 18h consecutivas de operação. Ou seja, 1,5g/hora, ou um total de R\$1440,00 por jornada.

Em geral, os garimpeiros que trabalham em balsa têm saldos mensais consideravelmente mais baixos que a média dos baixões e filões em Peixoto de Azevedo. Os donos das balsas reclamam que o ouro extraído só dá para bancar os custos da operação, mas não gera lucros. Dessa forma, quem consegue uma a renda maior nas balsas, diferentemente dos baixões, não são os donos da operação, mas os trabalhadores porcentistas, que não precisam reinvestir o dinheiro na manutenção da operação. Nas balsas, a figura do dono de terra não existe, já que o Rio não é de propriedade privada. Em raros casos, os donos das terras às margens do rio cobram uma taxa para que os garimpeiros tenham acesso ao local passando por dentro de suas propriedades.

6.2.3 Regime de Trabalho

Nas balsas, os contratos são feitos apenas de forma verbal entre os donos da operação e os garimpeiros porcentistas e cozinheiras. Não há registros de contratos formais. Como porcentistas, os trabalhadores não são registrados sob regime CLT.

6.2.4 Infraestrutura

As balsas observadas no Rio Peixoto de Azevedo são de pequeno porte justamente para facilitar os processos de transição de área. Segundo os operários, os períodos de seca do rio têm sido cada vez mais longos, o que já impediu muitas balsas de mudarem a localização no rio quando se faz necessária a busca por novas áreas

de garimpagem. Durante o trabalho de pesquisa em campo, foi possível observar balsas maiores aposentadas à beira do rio devido à dificuldade de trânsito causada pela falta de chuvas.

6.3 Organização do trabalho no filão

6.3.1 Operação

A operação em filão na região de Peixoto de Azevedo é dividida em grupos de 4 operários. O grupo trabalha em conjunto na operação de poço durante 12 horas, intercaladas por intervalos de descanso. Após a jornada de 12 horas, o grupo é substituído por outro, também formado por quatro pessoas, que desempenham as mesmas funções. O serviço de perfuração e retirada de material funciona 24h, mediante revezamento da equipe. Durante a operação do grupo, dois garimpeiros ficam baseados na parte de cima do poço, enquanto outros dois adentram o poço para efetuar a retirada de material por meio de guincho.

6.3.2 Distribuição do resultado

Nos garimpos de filão visitados pela equipe de pesquisadores, os garimpeiros operários dividem entre si 20% da produção física de ouro. Contando duas equipes de 4 pessoas, mais o gerente do garimpo, os 20% são divididos por 9 pessoas. Cada garimpeiro operário fica com 2% da produção e o gerente com 4%. A tiragem de remuneração individual do poço gira em torno de 1800 reais por semana.

6.3.3 Regime de Trabalho

O serviço no filão, conforme já descrito, funciona por 24 horas, ininterruptamente. Em cada poço, duas equipes de 4 pessoas se revezam em jornadas de 12 horas, com pequenos intervalos para descanso. Durante a jornada de 12 horas, a própria equipe efetua um revezamento interno de garimpeiros para entrar no poço.

O regime de trabalho no filão segue o mesmo padrão de parceria e porcentagem existente nos outros tipos de operação em Peixoto de Azevedo. Não há contratos

formais; apenas verbais. Dessa forma, os garimpeiros trabalham por participação nos resultados e não gozam de direitos trabalhistas.

Os garimpeiros entrevistados pela equipe de pesquisadores nos poços visitados preferem o serviço de filão ao de baixão. Segundo eles, as condições de trabalho são melhores – menos sol e calor – e a participação na produção é maior que nos baixões, o que torna o trabalho mais rentável.

6.3.4 Infraestrutura

A infraestrutura necessária para chegar até as áreas de filão é a mesma usada como acesso aos baixões da região. As estradas são de terra e tornam-se um problema durante os períodos de chuva. Além disso, neste mesmo período, é preciso bombear mais água para fora dos poços, o que encarece a produção.

6.4 Lixiviação

Em Peixoto de Azevedo, os garimpos de filão geralmente mantêm operações de lixiviação no processo de extrair o ouro do minério. Há, também, casos de gestores de área que montaram o processo de lixiviação em uma área separada e até mesmo distante da extração principal, onde reprocessam o material extraído do baixão (tanto do próprio garimpo, quanto de garimpos de outros) que já foi passado na caixa.

Lixiviação é um processo químico que exige bastante conhecimento, controle e cautela na execução, devido ao risco de intoxicação. No processo, o cianeto dissolve o ouro dentro da rocha, extraindo o material em forma líquida. O processo ocorre em piscinas cavadas no terreno e cobertas com plásticos e lonas protetoras especialmente para este objetivo. As operações são montadas a céu aberto, onde, com o tempo, a água evapora e o ouro decanta.

As piscinas de lixiviação têm funcionários responsáveis para monitorar o processo. São especialistas, químicos por profissão, ou “alquimista” com um nos disse. “Eu não sou químico, sou alquimista. Trabalhei muitos anos com um químico. Quando nos conhecemos eu já tinha informação porque gosto de química. Eu que faço o serviço aqui. Faço montar pilhas, lixiviação, desmontar o carvão etc.” (P23).

6.5 Acesso ao ouro

O acesso ao subsolo e ao licenciamento tem se tornado mais abrangente nos últimos anos na região de Peixoto de Azevedo a partir da criação da COOGAVEPE, em 2008. A concentração dos serviços de levantamento de dados e organização de documentos por uma equipe de especialistas de diversas áreas facilita o acompanhamento e agiliza a coleta de documentos e laudos para dar entrada nos requerimentos e renovações de licenças para garimpar.

De forma a sistematizar a coleta de documentos que precisam ser apresentados aos órgãos competentes, a COOGAVEPE desenvolveu arquivos de checagem que incorporam todos os pontos necessários para que as licenças sejam obtidas. Dessa maneira, quando um gerente de área dá início ao processo de requerimento de um subsolo para garimpar, ele passa por uma visita técnica prévia de caráter orientativo com especialistas da cooperativa. A visita é guiada por um arquivo em texto que especifica as etapas do processo de requerimento com os devidos passos.

Para que a área possa ser requerida, é preciso uma autorização formal do Dono da terra, mediante apresentação da comprovação da escritura do terreno. Além das exigências para os órgãos competentes, os donos de terra firmam um acordo com o gerente de área mediado pela cooperativa. Os acordos têm prazos temporários de exploração com duração de cerca de 3 anos, podendo ser renovados.

Segundo o presidente da COOGAVEPE, quando ela foi criada, grande parte do trabalho da cooperativa centrou-se na busca por contatos com empresas mantenedoras de mais de 90% das concessões para a exploração do subsolo na reserva garimpeira de Peixoto de Azevedo. A intenção era adquirir cartas de anuência (Assunção, 2014). Como as empresas AmazonGold e Cougar detinham 657,5 mil hectares de terra em concessões de exploração e pesquisa, havia dezenas de gestores de áreas interessados em iniciar operações nos arredores de Peixoto, porém sem a concessão da área. O presidente afirma, ainda, que as cartas de anuência e a concessão das áreas foram sendo cedidas a partir de um trabalho, por parte da cooperativa, de análise dos laudos e documentos apresentados pelas empresas para adquirir as concessões e comprovação de inconsistências nestes documentos perante o DNPM.

Como a exploração das áreas havia sido concedida às empresas, mas anos se passaram sem intervenções quaisquer de pesquisa ou exploração, há uma percepção geral entre os gestores de área e membros da cooperativa entrevistados a respeito de intenções de especulação na bolsa de valores em função de levantamentos da quantidade de ouro nas concessões. Isso significa dizer que os garimpeiros entrevistados acreditam que a área era mantida pelas empresas apenas para fins de especulação de mercado, sustentada a partir de pesquisas de recursos minerais para valorização do patrimônio das empresas. Dessa forma, a área da Reserva Garimpeira, inicialmente destinada a trabalhos de mineração em pequena escala, ficara inutilizada, reservada para grandes empresas; descumprindo, então, a função inicial do decreto da área como Reserva Garimpeira.

7 SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO NO VALE DO PEIXOTO

Durante trabalho de campo, foram analisados os dados obtidos nos serviços disponíveis em Peixoto de Azevedo e as observações e entrevistas feitas durante as visitas aos garimpos.

7.1 Saúde

Peixoto de Azevedo possui 15 estabelecimentos de apoio à saúde, dentre eles um hospital Regional que atende principalmente aos habitantes do município e das cidades que compõem o Vale do Peixoto. Segundo os médicos locais, o hospital atende também pacientes do estado do Pará, principalmente aqueles com doenças graves, como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, e Febre Amarela. Os médicos entrevistados questionam o sistema de registro de atendimentos e as estatísticas do levantamento de frequência de casos no hospital, uma vez que boa parte dos atendimentos graves são provenientes de outro estado.

O garimpo, em si, não mais é tido como causa de problemas específicos de saúde. Entre as condições mais frequentes atendidas no hospital, estão os acidentes de trânsito, casos de diabetes e pressão alta, estes dois últimos mais frequentes em pacientes do sexo feminino. Há, também, registros frequentes de pacientes que não tomam corretamente a medicação, e acabam piorando a condição inicialmente apresentada. Vale ressaltar que as condições não estão diretamente relacionadas ao garimpo.

No passado recente, houve um caso sério de silicose, em uma mina da empresa Copeixoto. A silicose é uma doença causada pela inalação de finas partículas de sílica cristalina e caracterizada por inflamação e cicatrização nos pulmões. Com o tempo, o pulmão perde elasticidade e diminui a capacidade pulmonar. Os trabalhadores dessa operação não utilizavam equipamentos de proteção, como máscaras para trabalhar nas galerias da mina. “Amarrava um pano para cobrir a boca”, conforme afirmado por um dos poucos sobreviventes da operação. “As vítimas receberam uma pequena indenização e viveram da pensão de invalidez do INSS porque não mais tinham a capacidade de trabalhar.” (P22)

Uma parcela da população ainda se apresenta no hospital sem identidade ou qualquer tipo de identificação. Contudo, segundo os profissionais da saúde na cidade, nenhum paciente fica sem atendimento.

“Apesar da falta de medicamentos, e da falta de aparelhos adequados para o atendimento, quando precisa muito de um medicamento e nós, pessoalmente, não temos dinheiro para comprar, comunicamos o prefeito, e ele compra do próprio bolso”,

afirmou um dos médicos entrevistados. (P88)

Conforme afirmado anteriormente, os registros mais frequentes no hospital regional se tratam de casos de traumatologia – acidentes de trabalho ou de trânsito. Apesar da garantia dos médicos da existência de casos frequentes de acidentes de trabalho, os garimpeiros entrevistados afirmam que os acidentes são cada dia mais raros, devido ao uso de equipamento de proteção e aos avanços tecnológicos, que diminuem os riscos no garimpo.

A organização das minas ficou mais ordenada, inclusive com o fechamento dos barrancos onde o trabalho foi finalizado. Antigamente, estes locais acumulavam água, o que gerava o risco de dengue, entre outras doenças transmitidas por mosquitos. Cresceu também o conhecimento e a consciência da importância de regras básicas de higiene nas barracas e cozinhas de garimpo. Tudo isso contribuiu para a eliminação da malária.

7.2 Segurança na lavra

Durante visitas às frentes de lavra, a equipe observou a existência de equipamentos de proteção conforme exigidos pelos órgãos competentes para a emissão de licenças. Contudo, cerca de 60% dos garimpeiros nas frentes visitadas não fazem o uso do equipamento, apesar de ele estar disponível no local.

Nos baixões, há casos de garimpeiros que se protegem do sol com roupas de manga comprida, calças e chapéus. Poucos usam botas para cobrir e proteger os pés. Muitos preferem – mesmo que seja contra a recomendação do gerente de área – trabalhar descalços. Conforme nos explica um gerente de área, “não posso obriga-los porque não são meus funcionários. Eles são sócios porcentistas. Eu recomendo

trabalhar com a proteção e disponibilizo o material. Mesmo assim, muitos deles não usam” (P63).

Nos filões, foi possível identificar o uso constante de equipamentos de proteção como botas e óculos. Em determinada frente de lavra, uma grande quantidade de pares de botas (cerca de 10) ficava expostas próximo ao poço, para ilustrar o perigo do não uso dos equipamentos de proteção. As botas expostas apresentavam grandes rasgos ou furos por consequência de pregos expostos na construção do poço de descida ao filão. Expostos, os equipamentos danificados servem como lembretes para que os garimpeiros utilizem os equipamentos de segurança durante o serviço.

Nas balsas, os mergulhadores usam roupas especiais de mergulho e o aparelho de oxigênio para trabalhar debaixo d'água. Contudo, conforme afirmam os médicos do hospital regional, o oxigênio utilizado pelos mergulhadores é de caráter industrial. Isso significa que as proporções de umidade no oxigênio não são ideais para o uso humano. A utilização deste tipo de oxigênio, mais barato que o de uso medicinal, causa o ressecamento dos pulmões e a consequente diminuição da capacidade pulmonar. Condições respiratórias, ainda segundo a equipe de saúde, têm alta representatividade entre os casos registrados no atendimento de urgência do hospital.

Apesar dessas observações, cabe ressaltar que a norma regulamentadora 22 do Ministério de Trabalho, que trata sobre Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração, impõe ao Permissionário de Lavra Garimpeiro e ao responsável pela mina a obrigação de zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas, indicando aos órgãos fiscalizadoras os técnicos responsáveis. A norma (22.3) coloca como responsabilidade do Permissionário da PLG: implementação das medidas relativas à segurança e saúde dos trabalhadores provendo os meios e as condições para poderem atuar em conformidade com a Norma; implementação do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO); elaboração e implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Aos trabalhadores a Norma (22.4) confere os direitos de

“a) interromper suas tarefas sempre que constatar evidências que representem riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou de terceiros, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico que diligenciará as medidas cabíveis e b) ser informados sobre os riscos existentes no local de trabalho que possam afetar sua segurança e saúde.”
(Norma 22.5.1)

Fuão e Zandonadi (2014) identificam no seu estudo sobre acidentes na abertura de cavas em garimpos semi-mecanizados no município de Peixoto de Azevedo como os principais riscos: “os deslizamentos da terra decorrente tanto pela movimentação constante de maquinários, como pela pressão de jatos d’água, usando no desmonte hidráulico.

Na sua análise de um processo da abertura de uma cava, os autores identificam como principais riscos de acidentes: arranjo físico inadequado, máquinas sem proteção, armazenamento inadequado de materiais, ferramentas defeituosas ou inadequadas, EPI inadequado (FUÃO; ZANADONADI, 2014, p. 7). A eminência do risco de desmoronamento foi confirmada em um acidente em março de 2016 que levou à morte de um garimpeiro.⁴

Na região de Peixoto de Azevedo, onde a COOGAVEPE é titular da maioria das PLGs, a cooperativa deve assumir essa responsabilidade. Ou, em caso de subcontratação de uma outra empresa, exigir dela a indicação de um técnico responsável. Como grande parte das operações de garimpo de ouro nesta região não configuram o perfil de uma empresa, esta responsabilidade fica a cargo do gerente de área, também chamado de dono do garimpo.

A COOGAVEPE oferece auxílio em caso de doença ou acidente aos associados. O garimpeiro que não pode trabalhar recebe uma cesta básica por mês e reembolso da compra de remédios. A cooperativa tem, também, muletas e cadeiras de rodas a oferecer aos cooperados. Além disso, a cooperativa faz doações a hospitais e casas de saúde e participa de campanhas de saúde no município.⁵

⁴<http://www.ngnoticiasnovaguarita.com.br/2016/03/tragedia-deslizamento-de-terra-no.html>;
<http://www.hipernoticias.com.br/cidades/terra-de-garimpo-desaba-e-homem-morre-resgate-demorou-dois-dias-devido-a-chuva/56669> em 15/03/2016

⁵ <http://www.coogavepe.org/noticia/em-acao/2016/11/07/coogavepe-faz-doacao-a-casa-de-saude-indigena-/414.html> em 22/03/2017.

8 IMPACTOS AMBIENTAIS DA LAVRA NO VALE DO PEIXOTO

Os impactos da mineração são presentes na área urbana de Peixoto de Azevedo. Souza et al. (2008), analisando os impactos da garimpagem nas margens do rio Peixoto de Azevedo no perímetro urbano do município constatam a retirada total de mata ciliar que deixa o solo exposto e sucessível a um processo erosivo, surgimento de uma vegetação secundária nas áreas desmatadas, a total falta de cumprimento dos limites estabelecidos em lei para preservação das áreas de preservação permanentes ao longo de cursos de água, a poluição de água pela introdução de mercúrio, e o assoreamento do curso d'água (Souza et al. 2008).

Um outro problema ambiental que merece estudos mais aprofundados resulta da prática de lixiviação de ouro já amalgamado, seja com segunda fase do processo de extração (Souza et al 2011), ou dentro de um processo de reaproveitamento de rejeitos de antigas minerações. Há indícios oriundo de pesquisas feita no Tapajós de que a lixiviação pode aumentar a liberação do mercúrio metálico do material processado e, assim, formar uma fonte adicional de contaminação de mercúrio.

Em contrapartida, a COOGAVEPE, como principal organização dos produtores de ouro da região, tem consciência de sua responsabilidade ambiental e se engaja na busca por possibilidades de uso produtivo de área degradadas pela extração mineral. Há um trabalho de mitigação dos impactos ambientais normalmente encontradas após o fechamento de uma lavra. Em Peixoto de Azevedo são desenvolvidos projetos pilotos de fruticultura e piscicultura onde antes podiam ser encontradas operações de garimpo. Além disso, a cooperativa promove a instalação de centros de amalgamação distante dos cursos de água, como também armazenamento de combustível seguro, para evitar derramamentos no ambiente local.

Ela busca também a parceria com a administração municipal para fomentar ações de conscientização e recuperação ambiental. Como exemplo, pode se, mencionar, o fechamento de um convênio⁶ entre a cooperativa e a Prefeitura Municipal que tem por objetivo a manutenção do Viveiro Municipal e a realização de projetos de reflorestamento e educação ambiental.

⁶ <http://www.olharcidade.com.br/noticia/5288/coogavepe-fara-doacao-de-sementes-de-arvores-nativas-e-frutiferas-ao-viveiro-municipal-de-peixoto-de-azevedo.html>

9 CONFLITOS NO USO DO TERRITÓRIO NO VALE DO PEIXOTO

Os conflitos que podem ser observados na região envolvendo a garimpagem são focados na disputa por recursos e desentendimentos devido a disputas territoriais.

O rio Peixoto de Azevedo não é somente fonte de ouro com atuação das dragas e balsas, ele é também fonte de captação de água para a cidade de Peixoto de Azevedo. A contaminação do rio não acontece somente pelo mercúrio, mas pela mudança de sua característica física (turbidez, carga de sedimentos), o que coloca em risco, ou até impede, o abastecimento da cidade. Em 2009, a colônia de pescadores da região denunciou a contaminação do rio, alegando prejuízos para o exercício da pesca. As ações de fiscalização da SEMA-MT e do Ministério Público indicam conflitos em relação ao uso de território sobretudo na zona de amortecimento do Parque Estadual do Cristalino.

Outro conflito com destaque na região estudada é a disputa pelo direito de exploração do subsolo da reserva garimpeira. Em 2008, época da criação da COOGAVEPE, duas empresas monopolizavam as concessões de subsolo na reserva garimpeira de Peixoto de Azevedo. As empresas Amazongold e Cougar, ambas Australianas, detinham mais de 90% do território da reserva, com 657.500 hectares. Após sucessivos embates, e com apoio do Governo do Estado/MT, DNPM, METAMAT e Prefeitura de Peixoto de Azevedo, a COOGAVEPE obteve 67 Permissões de Lavra Garimpeira, a partir de editais publicados pelo DNPM e anuências cedidas pelas referidas empresas.

Essa situação criou condições para que empresas mineradoras procurassem a COOGAVEPE para estabelecer parcerias, via contrato de risco, com vistas a desenvolverem pesquisas nos prospectos descobertos e explorados pelos garimpeiros, sobretudo, naqueles com potencial para conter reservas de ouro em profundidade.

Neste contexto, a BIOMINER foi uma das empresas que se habilitou a fazer parceria, tendo, no início de 2012, formalizado um contrato de risco/opção em uma área da titulada pela COOGAVEPE. Além dessa, outra parceria entre o grupo (BIOMINER) e a COOGAVEPE foi ajustada para resolver um imbróglio envolvendo as áreas tituladas pela Amazongold, cujos alvarás finais de pesquisa estavam vencendo

em agosto de 2013. Esses alvarás, que agrupavam mais de 200 mil hectares, não teriam os relatórios finais aprovados pelo DNPM, por ter apresentado pouca pesquisa.

Assim, em abril de 2013, a COOGAVEPE começou a ajustar um protocolo de entendimentos com a BIOMINER, que deveria nortear a parceria em torno das áreas da Amazongold. Segundo a Cooperativa, o objetivo era obter o domínio dos títulos das áreas da Amazongold, pondo fim à necessidade de anuências para garimpar em regime de PLG dentro da reserva garimpeira. Além disso, o interesse maior era evitar que as áreas da Amazongold voltassem de novo ao circuito especulativo, como vinha ocorrendo há décadas; e mais, que essa destinação para os garimpeiros se desse da forma mais rápida possível, evitando-se o demorado processo dos editais de disponibilidade – que levam, em média, dois anos.

Entretanto, esse esforço conjunto resultou com que a BIOMINER conseguisse adquirir as áreas da Amazongold por meio de cessão direta para uma nova empresa criada com a finalidade de pesquisa, a “OUROPAZ”. Junto a isso, houve a renovação especial dos alvarás de pesquisa por mais um ano, mediante ato do Diretor Geral do DNPM (Brasília).

Ademais, após a aquisição dessas áreas da Amazongold, em setembro de 2013, a empresa OUROPAZ, em divergência com os objetivos da COOGAVEPE, adquiriu os alvarás de pesquisa da Cougar, área essas que estavam sendo gradativamente incorporadas pela COOGAVEPE via edital em regime de PLG. Assim sendo, frente aos fatos a COOGAVEPE rompeu com a empresa BIOMINER e denunciou o caso perante as autoridades competentes, por sua vez, a “OUROPAZ” passou a monopolizar o subsolo da reserva garimpeira.

Segundo a COOGAVEPE, em nota publicada no site da cooperativa, os garimpeiros voltaram a “mendigar” anuências,

“com o subsolo onerado por uma única empresa do tipo Junior Company que nunca produziu ouro, apesar de ter prometido colocar uma mina em produção no ano de 2013, e mais, por uma empresa cuja meta é plantar notícias em sites especializados, para valorizar suas ações”.

10 ORGANIZAÇÕES DO SETOR NO VALE DO PEIXOTO

As organizações de mineradores têm um papel fundamental na organização e na formalização da atividade garimpeira em Peixoto de Azevedo. No cenário da pequena mineração local, há, ainda, grupos e organizações sociais de caráter nacional e internacional que desempenham papéis de suprimento de necessidades sociais não desempenhados pelas instâncias governamentais. Dessa forma, instituições não governamentais e sem fins lucrativos ocupam espaços nas lacunas de serviços de saúde e assistência social na cidade e na região.

10.1 Cooperativas

a) COOGAVEPE

Criada em 2008, a COOGAVEPE conta, atualmente, com cerca de 5.000 associados, entre operários, cozinheiras, gestores de área, donos de terra e de máquina, além de operadores de máquina (retroescavadeira e tratores) e compradores de ouro.

Cada membro da cooperativa paga uma taxa mensal de R\$20,00, independentemente da posição ocupada no garimpo. Para os gestores de área, há a exigência de uma contribuição extra no valor de R\$30,00 que, segundo a cooperativa, serve para bancar custos adicionais de visitas in loco e resolução de problemas com procedimentos e emissão de documentos. Para os membros fundadores, todos gestores de área ou donos de terra, há uma taxa extra permanente de R\$150,00 por mês, totalizando a contribuição mensal em R\$200,00.

Em troca das taxas de manutenção, a cooperativa se encarrega da gestão de documentos e acompanhamento dos processos de requerimento de permissão de lavra garimpeira, licença operacional e outros trâmites do processo de legalização de áreas de garimpo na região de Peixoto de Azevedo. A equipe de apoio técnico da cooperativa conta com geólogos, engenheiro de minas, biólogo, engenheiro florestal, além de assistentes administrativos e operacionais.

Os especialistas são contratados com um salário fixo referente ao acompanhamento dos processos de requerimento, levantamentos de área e

georreferenciamento. Além disso, recebem valores extras pela elaboração de projetos de reflorestamento ou de reaproveitamento de áreas garimpadas para os gestores de área. A cooperativa facilita o processo, mas não media o pagamento dos projetos. Os profissionais possuem, então, empresas de elaboração de projetos e são contratados de forma independente, mediante contatos da cooperativa.

É importante ressaltar que os pedidos de requerimento de área passam pela cooperativa, mas as taxas de licenciamento são pagas pelos gestores de área, não estando, portanto, inclusas na contribuição mensal. Segundo o presidente em exercício, Gilson Camboim, o valor para cada requerimento fica em torno de R\$ 6.000,00 a R\$ 8.000,00.

Para manter a estrutura e o funcionamento da cooperativa, o presidente em exercício explica que a organização precisou chegar a um consenso em assembleia com os cooperados para garantir o recolhimento de uma taxa padrão sobre toda venda de ouro realizada nas compras de ouro em Peixoto de Azevedo. Dessa forma, um acordo foi feito entre a cooperativa e as compras de ouro para que fosse recolhido 0,5% sobre o volume vendido. A taxa é recolhida nas compras de ouro e repassada diretamente à cooperativa. Do ponto de vista dos donos das compras de ouro, o acordo é benéfico para todas as partes, na medida em que contribui para a manutenção dos ciclos de produção e venda do ouro de forma legalizada na cidade.

Conforme proposto no item 6.5 que trata do acesso ao ouro, o trabalho da cooperativa inicialmente concentrou-se em requerer áreas ao DNPM a partir da carta de anuência de grandes empresas que tinham a concessão do subsolo de largos pedaços de terra na região. Uma vez que teve sucesso nesse objetivo, passou a desenvolver outros trabalhos no processo de aprimoramento do setor.

A COOGAVEPE tem desenvolvido um trabalho de educação e acompanhamento dos garimpeiros e gestores de área para incentivar a proteção ambiental e elaborar e executar planejamentos para reflorestamento e recuperação de áreas garimpadas, conforme exigido pela SEMA. Em constante contato com as entidades regulatórias e instituições municipais e estaduais, a COOGAVEPE tenta buscar soluções para o reaproveitamento de áreas degradadas por ações do garimpo que garantam outras formas de sustentabilidade econômica para a região. Uma dessas tentativas é o desenvolvimento das técnicas e elaboração de uma legislação contundente para a prática econômica da piscicultura nos barrancos já trabalhados.

Na região há dois projetos-piloto sendo executados que, apesar de estarem funcionando na prática, ainda aguardam licenças dos órgãos regulatórios. Segundo os gestores dessas áreas, a legislação Municipal, bem como a estadual, não permite a venda sustentável dos peixes, uma vez que exigem impostos muito altos que inviabilizam a produção em pequena ou média escala.

Ainda segundo o presidente em exercício, atualmente, a cooperativa tem 109 frentes de lavra legalizadas com PLG, cerca de 80 passando pelo processo de licenciamento dentro da SEMA, e outras 100 passando pelo processo de documentação para dar continuidade ao processo de requerimento.

Além do acompanhamento e do gerenciamento dos trâmites legais, a cooperativa oferece aos associados alguns benefícios, como auxílio doença (uma cesta básica por mês e reembolso de remédios), auxílio muleta e cadeiras de rodas.

O espaço de atendimento da cooperativa serve, ainda, como facilitador de contatos entre vagas de emprego e pessoas em busca de posições de trabalho, a partir de um quadro de avisos que fica à disposição dos associados para troca de contatos.

Conforme mencionado na descrição da cooperativa, desde 2008, ano de fundação e do início do trabalho de conscientização e legalização dos garimpos da região, o IOF-Ouro recolhido da compra legalizada de ouro na região subiu de R\$25.293.738,5 para R\$428.768.895, trazendo Peixoto de Azevedo da 6ª para a 2ª posição no ranking de arrecadação anual, segundo informações do Tesouro Nacional.⁷

Isso significa que a venda legalizada em 2015, quando comparada aos dados de 2007, foi cerca de 17 vezes maior, subindo de 210.781,15g em 2007 para 3.573.074,13g em 2015.

b) COOMIPAZ

Também fundada em 2008, a organização de garimpeiros foi criada inicialmente com 22 membros. Devido a empecilhos nos trâmites de legalização da organização, a cooperativa foi registrada dois anos depois, em 2010. Segundo Gildeci Francisco, presidente e fundador da COOMIPAZ, a cooperativa enfrentou problemas para entrar

⁷ www.tesouro.fazenda.gov.br

em acordo com as compras de ouro e com a prefeitura da cidade. Dessa forma o atraso no registro acabou desestruturando a organização.

Atualmente, a COOMIPAZ possui cerca de 40 membros, já tendo expedido 60 carteiras de associados. Sem fundos, a cooperativa não oferece benefícios aos associados, apenas o auxílio na organização de documentos e levantamento de dados para requerimento de permissão de lavra garimpeira e outras licenças necessárias para legalizar áreas de garimpo.

Ainda segundo o presidente em exercício, o objetivo inicial da COOMIPAZ era selecionar uma área abandonada de uma empresa de mineração de grande porte, pedir a carta de anuência e permitir que os associados garimpassem nesta área. A organização conseguiu legalizar 50 hectares de terra. Contudo, a área não foi produtiva e os prejuízos acabaram comprometendo a operação da cooperativa. A COOMIPAZ não possui funcionários assalariados, e conta com o auxílio da COOGAVEPE e com a prestação de serviços de geólogos contratados quando isso se faz necessário.

10.2 Organizações da sociedade civil

De acordo com vários interlocutores, a vida associativa e coletiva da população Peixotense, tem contribuído bastante para a construção de uma qualidade de vida melhor na cidade. Igrejas, associações esportivas, e clubes de serviço como Rotary e Lions não só ajudaram a arrecadar dinheiro para trazer um Fórum para Peixoto, por exemplo, mas também contribuíram para que a cidade assumisse a identidade de cidade garimpeira e passasse a identificar-se como tal. Na beira da BR163 foi construído um monumento com forças unidas da sociedade civil, homenageando o garimpeiro em uma estátua.

A valorização da identidade garimpeira na cidade de Peixoto de Azevedo tem um papel importante na construção da coesão social. Frequentemente marginalizado pelo sistema em outras cidades do Brasil, em Peixoto o garimpeiro é bem-visto. Ele tem uma posição de destaque como propulsor da economia local e representação na sociedade civil. Na região, o garimpeiro é tido como o precursor do progresso da região, tendo participado ativamente do povoamento do local.

As organizações da sociedade civil presentes em Peixoto contribuem para essa interpretação da figura do garimpeiro.

11 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MPE NO VALE DO PEIXOTO

O capítulo se inicia com uma apresentação das ações estaduais para a mineração de ouro no Vale do Rio Peixoto e relembra a importância da atuação da METAMAT para o fomento da atividade e para a organização da COOGAVEPE. No entanto, o sucesso da intervenção pública, reconhecida pelos garimpeiros locais não foi capaz de evitar uma decisão política de reduzir a presença do órgão em Peixoto de Azevedo. Na abordagem sobre a política urbana a atenção se volta para a importância da mineração dentro de política urbana no seu desenho no Plano Diretor Municipal aprovado no final de 2016 na Câmara Municipal. No final do capítulo, o leitor encontra uma análise da legislação ambiental competente para a mineração de ouro. Além disso, são ilustradas as dificuldades no processo de licenciamento ambiental das operações de extração de ouro.

11.1 Políticas estaduais

A Companhia Mato-grossense de Mineração (METAMAT) é uma empresa de economia mista criada pela lei estadual 3.130/1971. A empresa informa como sua missão “Garantir ao Estado e à sua população o acesso aos benefícios gerados pelo aproveitamento dos seus Recursos Minerais.”⁸. Entre os seus objetivos, consta o fomento do setor mineral no estado por meio da divulgação de informação e apoio à pesquisa mineral. A empresa abriu, em julho de 2009, um escritório em Peixoto de Azevedo com o objetivo de fortalecer a sua presença na região.

A METAMAT já teve uma experiência de atuação em área de garimpo anterior. Desde 1989 ela atua nos garimpos de Poconé – MT e em vários projetos, alguns em cooperação com o DNPM e o CETEM. Um dos projetos executados em cooperação com o DNPM e CETEM é no Garimpo Melado, na Reserva Garimpeiro de Peixoto de Azevedo. (Braga et al, SD)

Em março de 2011, a METAMAT publicou o relatório “Avaliação das Unidades Produtoras de Ouro da Região Aurífera de Peixoto de Azevedo”. O objeto da intervenção foi fazer uma avaliação do estágio atual de desenvolvimento das unidades

⁸ www.METAMAT.mt.gov.br

produtoras sob os aspectos técnicos, organizacionais, operacionais, econômicos e ambientais. O intuito era a escolha de uma lavra onde poderá ser instalado um empreendimento mineiro de pequeno porte, dentro dos moldes do Projeto Mineiro Básico elaborado pela empresa.

No documento os autores tecem críticas em relação às condições de trabalho dos garimpeiros (jornadas de trabalho excessivos – turno de 24 horas), as formas de contratação (fora da CLT, sem benefícios e seguridade social) e os fatores que perpetuam esse sistema (falta de presença efetiva do estado na região, prevalência entre os trabalhadores de um paradigma de ‘ouro rápido’), falta de condições mínimas de segurança e higiene no trabalho com total ausência das normas regulatórias do Ministério de Trabalho. Foi observado o descontrole das despesas e muitas vezes das receitas pelos ‘sócios proprietários’ dos garimpos.

Não há investimento em melhoria do empreendimento, os excedentes econômicos são investidos em atividades fora do ramo. O empreendimento mineiro não é considerado como algo viável a longo prazo. Em termos técnicos, é questionado o posicionamento dos poços, a lavra seletiva dos veios mineralizados. O documento fecha com uma série de recomendações referente à modificação das estruturas das minas subterrâneas. Uma pesquisa desenvolvida no contexto do levantamento da METAMAT, indica formas alternativas e mais eficientes de recuperação de ouro extraído das lavras analisadas (Souza et al. 2011).

No mesmo ano, o governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energias (SICME), assinou junto com DNPM, INCRA, SEMA, METAMAT e COOGAVEPE e Sindicato das Indústrias Extrativas de Minérios do Estado de Mato Grosso, um Termo de Ajustamento de Conduta, com o objetivo de regularizar a garimpagem em assentamentos rurais do Estado – entre eles 62 na região de Peixoto de Azevedo. O mesmo acordo prevê recursos no valor de R\$100.000 para desenvolvimento de tecnologia e capacitação de exploração mineral,⁹ e a liberação de R\$ 500.000 para a recuperação de áreas degradadas em Peixoto de Azevedo.¹⁰ O TAC foi necessário para ordenar a garimpagem que com o aumento do

⁹ <http://www.sedec.mt.gov.br/-/sicme-trabalha-para-o-desenvolvimento-economico-de-mt>. Acesso em 02/03/2017

¹⁰ <http://www.hipernoticias.com.br/imprime.php?cid=8491&sid=133> de 02/01/2012.
<http://www.paginaunica.com.br/conteudo.php?sid=178&cid=2710> de 27/09/2011.

preço do ouro acendeu novamente na região e foram liberadas áreas para possibilitar a regularização da garimpagem.

Outra iniciativa que teve a contribuição da METAMAT foi a introdução da piscicultura como forma de aproveitamento das cavas em áreas de garimpos abandonados.¹¹ O apoio da empresa consistiu no nivelamento do solo, na abertura dos tanques e na assistência técnica para os criadores (Marques, Nascimento e Souza, 2016).

Em dezembro de 2014, a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia do Mato Grosso (SICME) assinou um contrato no valor de R\$ 2,2 milhões com a Ampla Construções e Empreendimentos, empresa especializada para recuperar áreas de mineração. A empresa prestará serviços de recuperação de áreas degradadas de mineração da Reserva Garimpeira do Vale do Rio Peixoto, que engloba os municípios de Peixoto de Azevedo, Guarantã do Norte, Matupá, Novo Mundo e Terra Nova do Norte, no Mato Grosso¹².

A COOGAVEPE atribui à companhia uma grande responsabilidade para o sucesso de sua constituição e consolidação¹³, sobretudo pelas suas ações de orientação técnico em relação a melhorias no processo de extração de ouro, recuperação de áreas degradadas, e pelo apoio nas tentativas da legalização das atividades. A METAMAT atua como intermediador na formação de convênios entre a COOGAVEPE e universidades e instituições de pesquisa que têm como objetivo pesquisas geológicas que podem aumentar o conhecimento geológico da área de atuação da cooperativa. Em 2016 existiam parcerias com a UFMT, UNB, UERJ, UNICAMP e UNESP.¹⁴

¹¹ <http://www.coberturaoficial.com.br/noticia/peixoto-de-azevedo/2015/02/27/coogavepe-implanta-projeto-de-piscicultura-na-gleba-eta/157.html> de 27/02/2015.

¹² A Portaria publicada no DO de 17/12/2014 não identifica as áreas que serão trabalhadas em cada município.

¹³ Nas palavras do atual presidente da cooperativa “A METAMAT foi um divisor de águas para a legalização e organização do extrativismo mineral com sustentabilidade ambiental no Vale do Peixoto. Precisamos de sua permanência nos auxiliando, orientando e promovendo a agregação de capacidade de produção, segurança jurídica, redução de custos, diminuição dos passivos ambientais, desenvolvimento de projetos e demais ações para o fortalecimento do segmento minerário em conformidade com a legislação vigente” (Presidente....2016).

¹⁴ [http://www.cooperativismo.org.br/Noticias/34921,Cooperativa-de-MT-apoia-pesquisa-de-mineracao\(07/07/2016\)](http://www.cooperativismo.org.br/Noticias/34921,Cooperativa-de-MT-apoia-pesquisa-de-mineracao(07/07/2016))
<http://www.ocbmt.coop.br/TNX/conteudo.php?sid=44&cid=3244>, <http://www.mt.gov.br/-/METAMAT-e-unb-vao-identificar-potencial-mineral-no-rio-peixoto-de-azevedo>;
<http://gestaocooperativa.com.br/unb-desenvolve-pesquisas-tecnicas-minerais-no-vale-do-peixoto/>;

Durante o ano de 2015 o escritório da METAMAT em Peixoto de Azevedo foi desativado pelo governo estadual e surgiram notícias sobre uma possível extinção da companhia.¹⁵ A COOGAVEPE não aceitou essa decisão e iniciou uma série de articulações com políticos locais e de âmbito estadual para pressionar o governo estadual a rever essa medida.¹⁶

Durante os anos de 2015 e 2016 surgiram várias denúncias de irregularidades que colocaram em cheque a credibilidade da METAMAT. Em outubro de 2015, a Polícia Federal prendeu, durante uma operação de combate a extração e comercialização ilegal de ouro, nove pessoas no norte mato-grossense, entre eles servidores da Sema, sob a acusação de emitir licenças ambientais sem fiscalizar ou sem visita técnica obrigatória. Suspeita-se também do envolvimento de funcionários da METAMAT.¹⁷

Em outro episódio de 2016, o ex-presidente da METAMAT, João Justino Paes de Barreto, confessou em colaboração premiada perante o Ministério Público Estadual que comprou várias vezes, em visitas que fez como presidente da companhia para Peixoto de Azevedo, barras de ouro com deságio de até 30% para integrantes do governo mato-grossense.¹⁸

No mesmo mês, o presidente da METAMAT, Elias Pereiro dos Santos Filho, foi exonerado do cargo após denúncia de infração eleitoral e coação de servidores durante a campanha¹⁹. No início de fevereiro de 2017, Santos Filho, foi contratado

<http://www.coogavepe.org/noticia/mineracao/2015/12/02/METAMAT-e-unb-vao-identificar-potencial-mineral-no-rio-peixoto-de-azevedo-/356.html>

¹⁵<http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=18123¬icia=setor-da-mineracao-buscara-dialogo-sobre-METAMAT-com-o-governo>

¹⁶ Veja por exemplo (09/07/2015) <http://www.folhamax.com.br/politica/al-articula-reabertura-de-escritorio-da-METAMAT-em-peixoto/52105> de 09/07/2015;

¹⁷<http://mtagora.com.br/policia/garimpeiros-e-servidores-publicos-de-mt-sao-presos-pela-pf-em-operacao/105551104>

<http://www.folhamax.com.br/policia/pf-cumpre-31-mandados-contras-esquemas-na-sema-e-metamat/64543> em 28/10/2015

¹⁸<http://midiajur.com.br/conteudo.php?sid=231&cid=23141&parent=231em> 6/08/2016;
<http://www.paginaunica.com.br/conteudo.php?sid=178&cid=23676> em 08/11/2016
<http://www.sonoticias.com.br/noticia/politica/tribunal-de-justica-mantem-prisao-de-marcel-de-cursi>
 em 31/10/2016

¹⁹<http://midianews.com.br/eleicoes-2016/irmao-de-wilson-teria-ameacado-servidores-governo-o-exonera/278340> em 20/10/2016; <http://veja.abril.com.br/politica/irmao-de-tucano-aparece-em-audio-em-suposta-coacao-a-servidores/> em 20/10/2016; <http://circuitomt.com.br/editorias/politica/94606-servidores-pblicos-emitem-nota-de-repadio-a-elias-santos.html> em 20/10/2016.

pelo Presidente da Assembleia Legislativa para a cargo de Secretário de Gestão de Pessoas. Esse ato não foi bem aceito pelos demais parlamentares da casa.²⁰

Em outubro de 2016, aconteceu uma reunião com a participação do governador do Estado de Mato Grosso, representantes da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia (SICME), da Companhia Mato-grossense de Mineração (METAMAT), de prefeituras municipais do Consórcio Teles Pires e das Cooperativas dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto e de Alta Floresta. Na reunião, foi decidida a criação de um Grupo de Trabalho que deverá elaborar uma pauta positiva contendo soluções para os principais entraves encontrados na extração mineral, tais como liberação de licenças ambientais e de operação, falta de incentivos para a reutilização do resíduo minerais e para recuperação de áreas degradadas. Apesar de ter sido dado um prazo de 30 dias para apresentação das propostas, até início de março de 2017, nenhum resultado desse grupo foi localizado. Não foi possível averiguar se a demora na efetivação do grupo de trabalho tem ligação com a reestruturação administrativa que extinguiu a SICME e incluiu a responsabilidade sobre mineração na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

11.2 Políticas locais

No Plano Diretor Municipal Participativo aprovado pela Câmara Municipal em dezembro de 2016, a mineração é reconhecida como uma das forças internas do município. Por outro lado, identificam-se os impactos ambientais negativos da mineração, a falta do beneficiamento da produção e a fragilidade da cultura associativista como fraqueza. Na recuperação ambiental, a modernização e agregação de novas atividades econômicas à exploração mineral são identificadas como uma oportunidade para o município. No entanto, a legislação rígida para a exploração na região amazônica é percebida como uma das ameaças para o futuro do município.

Apesar da falta de uma política específica para a mineração dentro de um projeto de desenvolvimento local elaborado pela prefeitura municipal, há uma aproximação grande da prefeitura com a COOGAVEPE, haja vista que nas atividades públicas da

²⁰ <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/152/og/1/materia/501869/t/-al-emprega-elias-santos-e-outros-90-comissionados-em-02/02/2017>.

cooperativa a presença de representantes do governo local é constante, e nas articulações políticas no nível estadual as duas organizações atuam juntas. Há recorrentes ações desenvolvidas em conjunto com a prefeitura, como a doação de sementes pela cooperativa para incentivar o plantio de árvores frutíferas no município.²¹

A aproximação se explica pelo fato de que ambos têm objetivos comuns tais como geração de emprego e renda para a população local, criação de um arcabouço legal que gere segurança para os investimentos econômicos, e a redução da comercialização informal do ouro como fonte de renda para ambos (prefeitura via participação no IOF, cooperativa via cobrança direta dos compradores).

11.3 Licenciamento ambiental

A legislação ambiental no estado do Mato Grosso encontra o seu arcabouço legal básico no seguintes dispositivos: Lei Complementar nº 38 de 21/11/1995, que cria o Código Estadual de Meio Ambiente, modificada pela Lei Complementar nº 232 de 21/12/2005; Portaria nº 129 de 01/11/1996 que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental; Lei 8.418 de 28/12/2005 que define a cobrança pelos serviços realizados pela SEMA; e o Decreto nº 7.007 de 09/02/2006 que define as atividades poluidoras sujeitas a licenciamento (Santos 2010).

O Decreto 7.007 define os empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental e abre a possibilidade para uma habilitação dos municípios para gestão ambiental compartilhada. No entanto, a delegação só será concedida para empreendimentos e atividades de pequeno ou médio potencial de poluição e degradação ambiental. O anexo do mesmo Decreto define todas as atividades da indústria extrativa como sendo de potencial poluidor alto, a única exceção fica por conta da extração e refino de sal marinho e sal-gema. Assim sendo, o Decreto descarta no Estado de Mato Grosso qualquer possibilidade de municipalização do licenciamento ambiental da atividade de extração mineral.

A Resolução CONSEMA nº 85 de 24/09/2014 define, no nível do estado de Mato Grosso, as atividades, obras e empreendimentos de impacto local, e estabelece os

²¹<http://www.peixotoonline.com.br/Noticias/Ver/17557> de 20/12/2016

critérios para o processo de descentralização do licenciamento. A resolução define como pré-condição para a municipalização a existência e o efetivo funcionamento de um Conselho Municipal de Meio Ambiente, de um Fundo Municipal de Meio Ambiente e de um órgão capacitado conforme critérios estabelecidos na Resolução. Em seu anexo, a Resolução lista as atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental pelas prefeituras. No que tange a atividade de mineração, somente o uso de jazidas de empréstimo para obras civis públicas com uma área total de até 5 hectares é classificado como atividade de impacto ambiental local. Isso significa que qualquer atividade de extração mineral que visa o aproveitamento comercial da substância extraída não pode ser licenciada ambientalmente pelas prefeituras municipais no estado de Mato Grosso²².

A documentação exigida para o licenciamento ambiental das atividades de extração mineral não faz distinção em relação ao porte do empreendimento. Entre os documentos necessários para o pedido de uma licença prévia constam, entre outros: Cadastro da Licença Ambiental Única (para propriedades rurais de até 150 ha) ou para áreas maiores, Licença Ambiental Única (LAU), outorga de captura de água, carta imagem em escala 1:50.000, caracterização da área do empreendimento nos seus aspectos físicos, bióticos e antrópicos, histórico da exploração mineral na área, documentação fotográfica da área, descrição das medidas mitigatórias preventivas e corretivas e/ou compensatórias.²³

Há uma fiscalização regular da Secretaria Estadual de Meio Ambiente na região. Entre novembro de 2015 e abril de 2016, foram deflagradas três missões de fiscalização, que resultaram na interdição de balsas, fechamento de garimpos irregulares e apreensão de explosivos.²⁴

²² No final de 2016 somente o município de Colíder é habilitado para efetuar o licenciamento ambiental de atividades com impacto local. Integrantes da prefeitura de Peixoto de Azevedo participaram no passado em vários treinamentos oferecidos pela Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso mas a prefeitura ainda recebeu a habilitação para licenciamento. Um dos motivos pode ser a falta de aprovação de um Plano Diretor Municipal.

²³ A lista completa com a documentação exigida para as diferentes fases de licenciamento ambiental encontra-se no anexo desse relatório.

²⁴ As informações foram extraídas de publicações da própria SEMAS ou da imprensa local. <http://www.folhamax.com.br/policia/operacao-fecha-11-garimpos-clandestinos-no-norte-de-mt/67120>, <http://www.olharcidade.com.br/noticia/4827/fiscalizacao-apreende-explosivos-irregulares-em-garimpo-e-pedreira-em-nova-santa-helena-e-marcelandia.html>.

11.4 Percepções dos garimpeiros em relação às políticas públicas

Conforme detalhado neste capítulo, são diversas as formas de organização das frentes de lavra em Peixoto de Azevedo. De uma maneira geral, essa grande variação está diretamente ligada ao tamanho da operação e do tipo de extração que é realizado em cada frente de lavra.

Acompanhando a tendência à diversidade operacional, a divisão de lucros também toma diferentes formas, dependendo do contrato estabelecido entre os participantes. Este contrato pode ser escrito – no caso da relação mediada pela cooperativa entre os donos de terra e os gerentes de área –, ou verbal – quando se trata das negociações diretas entre os gerentes de área e os garimpeiros.

Tendo em vista que a grande maioria destes contratos é feita de forma verbal, é possível concluir que uma larga parcela da população garimpeira da região não adere a regimes formais de trabalho e, portanto, não desfruta dos benefícios que acompanham o registro CLT. Contudo, durante a pesquisa de campo e o contato direto com os garimpeiros, foi notável a aversão que os garimpeiros têm a regimes formais de trabalho. Muitos afirmam que se sentem mais livres com os acordos verbais e trabalhando como garimpeiros porcentistas.

Essa liberdade não trata somente da possibilidade do não cumprimento de regras de horário e conduta no garimpo. Ela está mais ligada à possibilidade de deixar uma frente de lavra e partir para outra, caso haja a possibilidade de obter um lucro maior da operação. Com estes contratos apenas verbais, o garimpeiro se sente livre para abandonar uma operação e tomar partido em outra, na medida em que achar prudente.

Além disso, há um sentimento de orgulho do próprio trabalho que acompanha o perfil de garimpeiro porcentista. Ao final de uma pista, ou de uma jornada, quando é feita a contagem do ouro extraído, muitos garimpeiros preferem receber suas porcentagens em ouro, em vez de receber em dinheiro. Há uma forma de apego ao ouro que foi extraído. E o garimpeiro gosta de administrar esse minério, guardando-o se achar necessário, ou vendendo-o à melhor oferta – vale frisar que as compras de ouro em Peixoto de Azevedo todas trabalham com o mesmo valor pago por grama de ouro. Tendo em mãos o fruto do próprio trabalho, alguns garimpeiros optam por

transforma-los em joias, ou fazer outros tipos de negócios, que não envolvem as casas de compra de ouro. Do ponto de vista do gestor de área, essa liberdade de contrato pode se tornar um problema junto ao Ministério do Trabalho. Relatos de gestores de área revelam tentativas frustradas de convencer os garimpeiros a serem contratados sob regime CLT.

A informalidade é, portanto, parte integrante do sistema econômico do garimpo da região. Ela acompanha os tradicionais estilos de vida garimpeira sem raízes e sem vínculos, deixando-os livres para ir e vir e, se possível, lucrar mais. Contrariando a tendência à informalidade do setor, há um fenômeno em andamento em Peixoto de Azevedo que consiste na inserção dos garimpos da região no regime formal de licenciamento. Este fenômeno é consequência do trabalho desenvolvido pela cooperativa COOGAVEPE.

Diferentemente de áreas onde não há uma organização concreta dos trabalhadores do setor, a região de Peixoto conseguiu, em menos de 10 anos, organizar e formalizar boa parte dos garimpeiros e gestores de áreas. Além disso, a cooperativa também possui frentes de trabalho que tratam da reestruturação do solo após a lavra de forma a permitir o aproveitamento da área quando acaba o minério. Com estas medidas de reflorestamento e planejamento de novas atividades econômicas, a organização contribui para o futuro da circulação econômica da cidade, desenvolvendo, junto aos gestores de área e donos de terra, outras formas de sustento, caso as lavras da região sejam exauridas.

Há que se considerar, porém, que estas medidas visam manter a sustentabilidade econômica dos donos de terra e gestores de área, mas não incorpora a figura do garimpeiro sócio-porcentista no planejamento. Voltada a esse público, a cooperativa desenvolve campanhas de saúde, orientação econômica e educação ambiental.

12 DESENVOLVIMENTO E DEMANDAS DO SETOR NO VALE DO PEIXOTO

O atual ciclo de ouro em Peixoto tem seu desenvolvimento vinculado a três fatores: o aumento do preço do ouro; disponibilidade de terras para trabalhar, depois da atuação da cooperativa junto ao DNPM; desenvolvimentos tecnológicos que permitiram a exploração de áreas maiores em menos tempo.

Na última década, houve mudanças na dimensão da escala e do tipo de extração. Em Peixoto é possível distinguir duas formas de mineração: a de subsistência e a empresarial. Ambos estão inseridos e têm que lidar com o mesmo contexto político-econômico-social. Contudo, possuindo características diferentes de operação, os dois tipos de mineração em pequena escala presentes em Peixoto de Azevedo têm demandas muito diferentes quando se trata das condições para sua manutenção e continuidade. Enquanto as operações de subsistência não precisam de grandes investimentos, as empresariais demandam quantidades cada vez maiores de investimentos em maquinário e desenvolvimento tecnológico para manter o garimpo sustentável. Já quando se trata de formalização, as operações empresariais têm mais acesso à informação e aos procedimentos necessários para o processo de legalização, quando em comparação com as operações de subsistência.

Em Peixoto, tanto empresários quanto garimpeiros de subsistência compartilham opiniões sobre a duração do garimpo na região. Enquanto parte dos trabalhadores estão convencidos de que a escassez do ouro representa a finitude do minério no subsolo peixotense, outra parte diz-se convicta de que avanços tecnológicos resolverão os atuais problemas relacionados ao limite de extração do minério. Vale frisar que, sendo este o caso, avanços tecnológicos, em geral, são acompanhados de altos valores em investimentos, o que torna inviável a continuidade de operações de subsistência.

12.1 Licenciamento

Os problemas mais frequentemente apontados por gestores de área e demais cooperados são a lentidão e os altos custos do processo licenciamento de áreas de garimpo. De forma a buscar alternativas para melhor lidar com a organização dos documentos para dar entrada nos processos de legalização de área, a cooperativa

desempenha o papel de orientador e despachante para os gestores de área. Contudo, mesmo tendo o processo de licenciamento e renovação de permissões organizado em etapas, com listas de conferência e documentos para guiar o passo a passo, a cooperativa explica que a burocracia é tamanha que alguns gestores desistem de passar pelo processo de legalização, concentrando-se, assim, na busca por arrendatários dispostos a investir tempo e dinheiro no processo de legalização do uso do subsolo em troca de uma porcentagem da produção.

Outro ponto importante e frequentemente mencionado durante entrevistas com gestores de área e membros de instituições trata da nova regulamentação que exige a apresentação de licenças arqueológicas para a legalização da exploração do subsolo. Segundo os entrevistados, a exigência da licença arqueológica carece em detalhes, o que deixa os gerentes de área e os membros de instituições confusos e impedidos de dar continuidade a processos de renovação e emissão de permissões de lavra garimpeira, bem como licenças operacionais.

Um último ponto de contestação dos trabalhadores locais é a fiscalização dos órgãos competentes na região de Peixoto. Enquanto alguns trabalhadores reclamam de tentativas de extorsão por parte de representantes de órgãos governamentais, outros interpretam a fiscalização dos órgãos competentes, por exemplo a fiscalização de explosivos por parte do exército, como ações voltadas para a mídia, que só acontecem quando há pressão midiática sobre os órgãos por questões específicas (assaltos ocorridos na região, por exemplo).

12.2 Investimentos Tecnológicos

- a) Inovação: Donos de terra e máquinas entrevistados dizem-se interessados em dar continuidade às operações de garimpo em seus espaços. Contudo, com frequência, as operações de lavra são interrompidas devido às condições geológicas. Embora haja maneiras variadas de lavar o ouro, as máquinas usadas atualmente no garimpo de subsistência não passaram por grandes revoluções tecnológicas. Apesar de terem aumentado consideravelmente a quantidade de material processado em determinado período de tempo, grandes mudanças foram feitas apenas na escala de produção. Em vez de usar

máquinas de 3 polegadas, como a 10 anos atrás, atualmente usa-se máquinas de 8 polegadas. Isso significa que a tecnologia e a forma e operação são as mesmas. O que mudou foi apenas a capacidade do motor.

- b) Recursos financeiros: Com frequência, os donos de pequenos pedaços de terra que possuem subsolos ricos em ouro não possuem recursos financeiros para lavrar as jazidas locais. Para dar continuidade ao garimpo, estes produtores precisariam do desenvolvimento de parcerias com investidores injetores de capital, ou do acesso a linhas de créditos. Os garimpeiros empresariais, em geral, já possuem maior capacidade de exploração. Contudo, quando se faz necessário, o acesso a crédito é, também no caso destes, raro, sendo encontrado apenas nas parcerias de longa data, baseadas na confiança, com as compras de ouro.
- c) Parcerias Governamentais e Institucionais: Em Peixoto há uma parceria com o governo do estado, METAMAT, apoiando o produtor de ouro. Porém, o órgão lida com falta de recursos atualmente, e não tem condições materiais para exercer um apoio maior aos garimpeiros e gestores de área. As cooperativas de garimpeiros expressam uma demanda por parcerias governamentais ou com instituições educacionais (universidades, escolas técnicas) de forma a possibilitar a realização de pesquisas tecnológicas, sociológicas e geológicas detalhadas para conhecer e apoiar melhor o setor. Salvo raras exceções, os garimpeiros não têm acesso ao conhecimento científico necessário para realizar prospecções e pesquisas geológicas que podem ser a chave para evitar investimentos em áreas não-lucrativas, por exemplo.

12.3 Fatores de infraestrutura

- a) Energia Elétrica: Algumas operações na região carecem do fornecimento de energia elétrica. Para os filões, por exemplo, a energia é fundamental, já que há uma grande demanda de transporte e moagem de material que utilizam máquinas. Sem o fornecimento adequado, as

operações acabam tendo que investir em motores a diesel, o que encarece a operação.

- b) Diversificação das atividades: Outra demanda local frequentemente registrada durante as entrevistas de campo é a necessidade de permissões para outros tipos de concessões de terra e extração na região após a utilização do solo para garimpagem. Há casos de garimpeiros donos de largos pedaços de terra interessados em desenvolver piscicultura e/ou fruticultura visando o lucro futuro no espaço onde atualmente existe o garimpo. O desenvolvimento destas operações esbarra em trâmites legais quando se trata de impostos para a venda dos produtos – por exemplo da piscicultura. Como a produção não é grande suficiente para que o produtor se torne fornecedor constante de frigoríficos, por exemplo, seria necessário haver uma legislação que permitisse a venda dos peixes sob moldes de pequeno produtor. Dessa forma, o produtor pagaria impostos relativos à quantidade de peixe vendida, em vez de impostos únicos que tornam a operação financeiramente inviável de ser formalizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA et al. **Tecnologia aplicada a garimpos de ouro primário**. (S.l.:s.n) (S.d)
- CONSEMA. **Resolução no 85 de 24 de setembro de 2014**.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Teles Pires**. Cuiabá 2008.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Companhia Matogrossense de Mineração. Relatório Técnico. Avaliação das Unidades Produtoras de Ouro da Região Aurífera de Peixoto de Azevedo**. Cuiabá, 2011.
- LEITE J. A. D. et al. **Caracterização do depósito polimetálico (Zn, Pb, Ag, Cu-Au) de Aripuanã, Mato Grosso**.
- MARQUES, K.K.; NASCIMENTO, Z.M.M do; SOUZA, P. O. de S. **Piscicultura uma atividade que cresce aliada a sustentabilidade. Nativa. Revista de Ciências Sociais do Norte de Mato Grosso**. Vol. 5, nr.1. 2016.
- MASSFUMI, N. (org.). **Projetos Diálogos. “Diagnóstico dos modos de ocupação do Portal da Amazônia – MT”. Temática: urbano/cidades. Associação de Ensino de Arquitetura e urbanismos de São Paulo**, Escola da Cidade, Núcleo de Pesquisa. São Paulo, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO. **Plano Diretor Participativo Peixoto de Azevedo. Relatório Final Preliminar**. Peixoto de Azevedo, dezembro de 2016.
- PRESIDENTE da Metamat visita Peixoto de Azevedo. **OlharCidade** 03/02/2016.
- SANTOS, L.F. de. **Licenciamento Ambiental. Apresentação disponível em http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/palestra_sema.pdf**. Acesso em 03 mar. 2017.
- SILVA, F. R. **Geoquímica e Geocronologia U-Pb (SHRIMP) de Granitos da região de Peixoto de Azevedo – Província Aurífera de Alta Floresta – MT** . Cuiabá (UFMT – Dissertação mestrado Geociências). 2014.
- SOUZA, J.M.de et al. **Estudo de rota de processo para minério aurífero da região de Alta Floresta. XXIV Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia Extrativa (ENTMME)**. Salvador/Bahia. 2011.
- SOUZA, L. C. D d. et. al. **Consequências da atividade garimpeira nas margens do Rio Peixoto de Azevedo no perímetro urbano do município de Peixoto de Azevedo-MT**. Revista de Biologia e Ciências da Terra. Vol.8, no.2, pág. 220-231. 2008

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – População total 1991, 2000, 2010, 2016.....	402
Figura 2 – IDHM 1991, 2000, 2010.....	403
Figura 3 – PIB per capita 2010 a 2014 (R\$ preços correntes).....	404
Figura 4 – Renda per capita 1991, 2000, 2010 (R\$ de 01/08/2010).....	405
Figura 5 – IDHM 1991, 2000, 2010.....	407
Figura 6 – Desigualdade - Índice de Gini, 1991, 2000, 2010.....	408
Figura 7 – Desigualdade - Índice Theil - L, 1991, 2000, 2010.....	409
Figura 8 – Pobreza - Parcela da população que vive na faixa da extrema pobreza (% da população com renda domiciliar per capita de R\$70 ou menos mensais em 01/08/2010) .	410
Figura 9 – Pobreza - População que vive na faixa da pobreza 1991, 2000, 2010 (% da população com renda domiciliar per capita de R\$140 ou menos mensais em 01/08/2010)	411
Figura 10 – Vulnerabilidade social - Mulheres de 10 até 17 anos que tiveram filhos, 1991, 2000 e 2010 (%).....	412
Figura 11 – Vulnerabilidade social - Mães chefes de família sem fundamental e com filho menor (% do total de mães chefes de família).....	413

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Densidade populacional	400
Tabela 2 – Condições de moradia - Acesso a água 1991, 2000, 2010 (% da população).....	406
Tabela 3 – Condições de moradia - Acesso a coleta de lixo e energia elétrica (% da população).....	407
Tabela 4 – Distribuição da população municipal conforme faixa de renda familiar per capita sem benefício bolsa família, nov. 2016 (% da população)	414
Tabela 5 – Cooperativas com Requerimentos de Permissão de Lavra Garimpeira (05/02/2017)	415
Tabela 6 – Permissão de Lavra Garimpeira concedida a cooperativas (05/02/2017)	415
Tabela 7 – Concentração de PLGs	416
Tabela 8 – Entrevistados por papel no universo da MPE (Vale do Peixoto).....	418
Tabela 9 – IOF-Ouro recebido pelo município, municípios com maior produção do Brasil em 2015 e 2007.....	445
Tabela 10 – Arrecadação de CFEM por substância (Colíder, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte), 2010a 2016 (R\$).....	446
Tabela 11 – Arrecadação CFEM por município, 2010 a 2016 (R\$)	446
Tabela 12 – MR Colíder – Estimada do volume de ouro comercializado (por município, 2010 – 2016)	447
Tabela 13 –Trabalho - Taxa de atividade, taxa de desocupação, ocupações sem rendimento (% da população com 18 anos ou mais)	449
Tabela 14 – Trabalho - Formas de inserção no mercado de trabalho 2000, 2010 (% da população com 18 anos ou mais)	449
Tabela 15 –Trabalho - Setor extrativo mineral e setor público (% da população com 18 anos ou mais).....	450
Tabela 16 – Estrutura dos rendimentos 2000, 2010 (em salário mínimo).....	451
Tabela 17 – Empregos formais e estabelecimento – todos as atividades e extração mineral em 01/01/2017.....	452
Tabela 18 – Planilha conforme exemplificada por um dono de garimpo	455